



**PARECER ÚNICO Nº 0415912/2019 (SIAM)**

<b>INDEXADO AO PROCESSO:</b> Licenciamento Ambiental	<b>PA COPAM:</b> 9253/2018/001/2018	<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b> Licença Prévia e de Instalação Concomitantes – LAC 2		<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 06 (seis) anos.

<b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:</b>	<b>PA COPAM:</b>	<b>SITUAÇÃO:</b>
Outorga	037846/2019	Autorização para perfuração concedida
	037847/2019	Autorização para perfuração concedida
APEF	03918/2018	Autorizado

<b>EMPREENDEDOR:</b> Eurofarma Laboratórios S.A.	<b>CNPJ:</b> 61.190.096/0001-92	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> Eurofarma Laboratórios S.A.	<b>CNPJ:</b> 61.190.096/0001-92	
<b>MUNICÍPIO(S):</b> Montes Claros	<b>ZONA:</b> Urbana	
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICA (SIRGAS 2000) : LAT/Y</b> 16°38'24" <b>LONG/X</b> 43°48'41"		
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b> <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio São Francisco	<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio Verde Grande	
<b>UPGRH:</b> SF10	<b>SUB-BACIA:</b> Rio do Vieira	
<b>CÓDIGO:</b> C-05-02-9	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):</b> Fabricação de medicamentos, exceto aqueles previstos no item C-05-01-0, medicamentos fitoterápicos e farmácias de manipulação	<b>CLASSE:</b> 4
C-10-01-4	Usinas de Produção de Concreto Comum	4
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Verdear Ambiental/ Rodrigo Ribeiro Rodrigues		<b>REGISTRO:</b> CREA-MG 134465/D

Responsável técnico	Formação/Registro no conselho	Nº Responsabilidade Técnica	CTF IBAMA	Responsabilidade no projeto
Rodrigo Ribeiro Rodrigues	Engenheiro Ambiental CREAMG – 134465/D	14201800000004602356	6241227	Coordenador dos Estudos
Luiz Thiago Versiani	Engenheiro Agrônomo (Mestre em Biologia). CREA 154987/D	14201800000004601394	7173414	Caracterização do Meio Físico
Marcelo Pablo Borges	Engenheiro Florestal (Mestre) CREA108.069/D	14201900000005191123	6602840	Caracterização Florestal
Carlos Henrique Pires Magalhães	Biólogo CRBio 049928/04-D	2019/02346	6751000	Caracterização da Fauna
Maria Fernanda Vieira Rocha	Engenheira Florestal CREA 109100/D	14201800000004677947	7176114	Inventário Florestal
Leandro Maciel	Geógrafo CREA 126866-D	14201800000004724415	246778	Espeleologia (Relatórios)
Vanessa Veloso Barbosa	Geógrafa CREA 135848-D	14201800000004606665	5360174	Espeleologia (Campo)

<b>AUTO DE FISCALIZAÇÃO:</b> Nº 66365/2018	<b>DATA:</b> 05/10/2018
<b>RELATÓRIO DE VISTORIA:</b> Nº 02/2019	<b>DATA:</b> 06/02/2019



<b>EQUIPE INTERDISCIPLINAR</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Marcela Cristina Prado Silva - Gestora Ambiental (Gestora)	1.375.263-9	
Gilmar dos Reis Martins	1.353.484-7	
Michele Simões e Simões	1.251.904-7	
Rodolfo de Oliveira Fernandes	1.336.907-9	
Fernanda Meneghin	1.147.991-2	
Gisele Guimarães Caldas- Analista Ambiental	1.150.769-6	
<b>De acordo:</b> Karla Brandão Franco - Diretora Apoio Técnico	1.401.525-9	
<b>De acordo:</b> Angélica Aparecida Sezini - Diretora de Controle Processual	1.021.314-8	



## 1. INTRODUÇÃO

A Eurofarma Laboratórios S.A. é uma empresa especializada no ramo de fabricação de produtos farmacêuticos para tratamento da saúde animal e humana, que pretende implantar sua nova unidade fabril no município de Montes Claros. Em 31 de agosto de 2018 formalizou o Processo Administrativo COPAM Nº 09253/2018/001/2018 visando a concessão Licença Ambiental Concomitante (LAC 2), ou seja, Licença Prévia e Licença de Instalação.

O processo foi formalizado conforme Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 sob código C-05-02-9 - "Fabricação de medicamentos, exceto aqueles previstos no item C-05-01-0, medicamentos fitoterápicos e farmácias de manipulação" para a atividade principal, e "C-10-01-4 – usinas de Produção de Concreto Comum" (atividade acessória, necessária à implantação do empreendimento). A área construída projetada compreende 12,72 ha, considerada assim uma empresa de grande porte, com potencial poluidor médio e fator locacional 1, o empreendimento foi enquadrado na classe 4. A análise do processo foi determinada como prioritária conforme Deliberação GCPPDES nº 17/2017 de 19 de dezembro de 2017. O fator locacional refere-se à localização do empreendimento em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio.

Para subsidiar a análise do processo foram apresentados os estudos de Relatório de Controle Ambiental – RCA e Plano de controle Ambiental – PCA, elaborados pela empresa Verdear Ambiental, sob a responsabilidade do Engenheiro Ambiental Rodrigo Ribeiro Rodrigues CREA 134465/D.

Para complementação dos estudos, foram apresentadas informações adicionais formalizadas conforme documento de protocolo SIAM S0016680/2019. Foram solicitadas informações complementares por meio do Of. SUPPRI nº 44/2019, datado de 15-2-2019, e as mesmas foram atendidas pelo empreendedor em 23-4-2019, 24-4-2019 e 26-6-2019, mediante protocolos SIAM S056911/2019, S057050/2019, S0091407/2019 e S0091415/2019).

Em 5-10-2018 e 6-2-2019 foram realizadas vistorias ao empreendimento para verificação da situação ambiental e subsídio ao licenciamento, sendo lavrados o Auto de Fiscalização Nº 66365/2018 e Relatório de Vistoria Nº 02/2019 respectivamente.

Por se tratar de Licença Ambiental Concomitante (LAC 2), sendo unificadas Licença Prévia e Licença de Instalação, este parecer leva em consideração os aspectos ambientais naturais existentes no local de implantação, a viabilidade do solo, ar, água, questões sócio econômicas locais, tanto na utilização destes insumos como nos impactos gerados a eles pelo empreendimento. Considera ainda os impactos e medidas mitigadoras da fase de implantação do empreendimento, bem como os aspectos ambientais que serão causados pela operação e os projetos para que sejam mitigados.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Segundo Relatório de Controle Ambiental - RCA (protocolo SIAM 0616451/2018) elaborado pela Verdear Ambiental pretende-se implantar o empreendimento no distrito industrial do município de Montes Claros – MG em uma área total de 25 hectares, sendo 12,720 hectares de área construída. Conforme apresentado nas informações complementares, a estimativa de funcionários para a implantação e operação será conforme Tabela 1 .

**Tabela 1 - Relação de número de funcionários**

Fases		Ano 1 (pico)	Ano 2 (pico)	Ano 3 (pico)	Ano 4 (pico)
Implantação	Terceiros	400	950	600	20
	Próprios	10	10	10	0
Operação	Terceiros	-	33	33	140
	Próprios	-	110	110	460

Fonte: Informações complementares 2019



O turno de trabalho durante a implantação será horário administrativo, ou seja, 8 horas por dia, aproximadamente entre as 7 e 18 horas. Já para a operação terá funcionamento de 24 horas com horários diferentes para os diversos setores. O turno de 22:00 às 6:00 será para as atividades de preparação das áreas limpas e de materiais para a sala de injetáveis. Os turnos de 6:00 às 22:00 serão para as atividades de manipulação, envase e embalagem.

O local escolhido para implantação encontra-se dentro da zona industrial, atualmente uma área caracterizada por pastagens, situado entre a Estrada da Produção e a Ferrovia Centro Atlântica, na altura do quilômetro 3 da Estrada da Produção. (

Figura 1 – mapa de localização)

**Figura 1 – Área de Instalação da Eurofarma**



Fonte: Google Maps – Junho/2019

Durante a instalação do empreendimento está prevista a implantação de canteiro de obras e unidades de apoio (setor administrativo, pátio de estocagem de matéria-prima e insumos, refeitório, vestiários e banheiros).

O complexo industrial será composto por prédios fabris, sendo eles:

- Cefalosporínicos e Carbapenêmicos: ocuparão o mesmo prédio, entretanto sua dimensão será compatível com as dimensões dos demais prédios. Possuirá 7 linhas de envase.
- Penicilínicos: definido como 8 linhas de envase, sendo que 4 destas linhas são para produtos estéreis e tem suas áreas de esterilização em paralelo ao envase.
- Sólidos: definido como 10 linhas de envase. Serão considerados dois prédios para sólidos, denominados de Sólidos I e Sólidos II. A pretensão destes prédios é receber o produto pronto (*Bulk*) da fábrica de Itapevi e somente envasar em Montes Claros.
- Hormonais: definido para 8 linhas de envase. Este prédio irá produzir somente os hormônios da marca Eurofarma sem produção para terceiros.

Cabe ressaltar que está prevista ampliação da área hormonal e sólidos para ocorrer após o início de operação industrial, podendo ser alterado de acordo com a demanda de crescimento do mercado e liberações de licenças sanitárias estabelecidas pela ANVISA.

Os prédios produtivos possuirão subsolo, térreo e 1º pavimento, sendo que os subsolos contarão com instalação das utilidades limpas, área de triagem e segregação e retirada dos resíduos sólidos, além de sala de painéis elétricos. O pavimento térreo de todos os prédios de produção será ocupado basicamente pelas

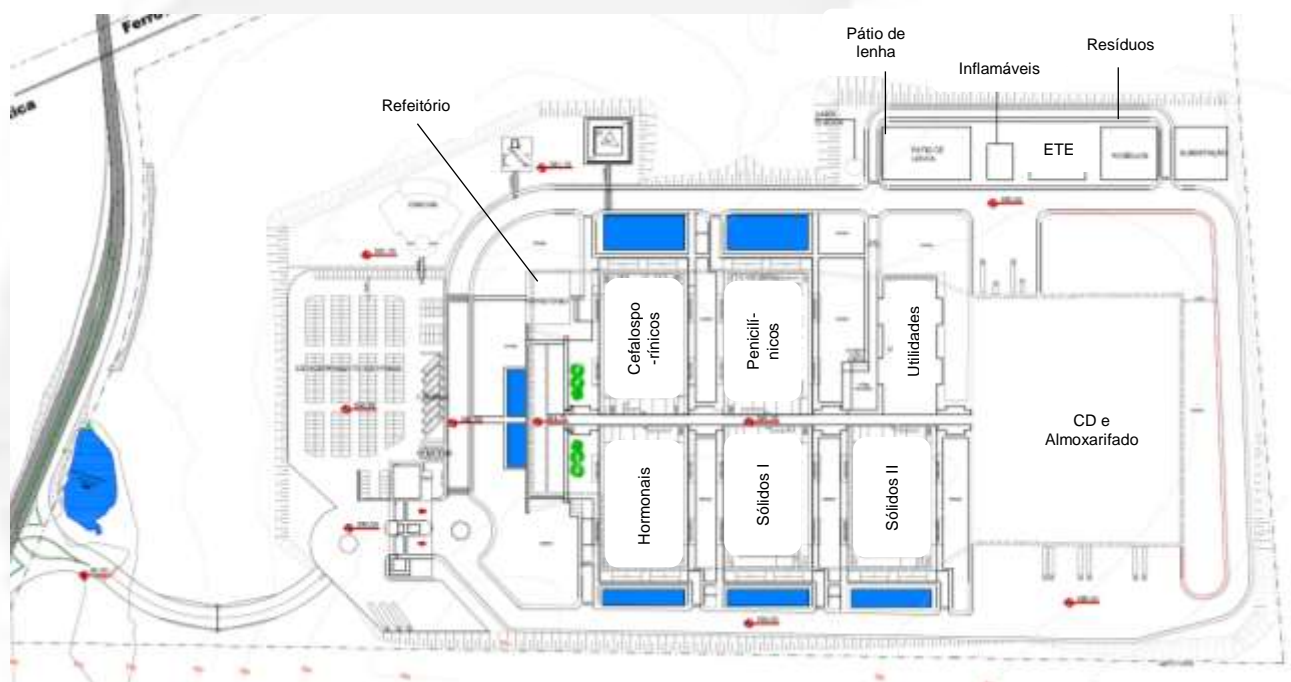


linhas de envase e suas áreas de apoio; e o primeiro pavimento será ocupado pelas operações de manipulação, produção e suas áreas de apoio. As áreas de produção dos produtos para consumo humano serão segregadas das de uso veterinário. Os prédios contarão ainda com um corredor de visitação ao redor do perímetro externo.

O empreendimento em seu complexo contará também com estruturas de apoio e auxiliares como prédio de administração geral, capela ecumênica, centro recreativo, creche, depósito de matéria prima e centro de distribuição integrado e restaurante.

A configuração da construção da unidade terá o conceito de corredor central tipo “espinha de peixe” conectando-se a todos os prédios produtivos, centro de distribuição, almoxarifado e laboratório, como mostra a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

**Figura 2 – Layout do empreendimento**



Fontes: Estudos ambientais e informações complementares

## 2.1 Processos Industriais

A unidade Eurofarma de Montes Claros terá a produção de cinco grupos de fármacos: cefalosporínicos e carbapenêmicos (antibióticos), penicilínicos (antimicrobianos de uso humano e veterinário), hormonais (anticoncepcionais, hormônios de reposição entre outros), sólidos I e II (envasamento de fármacos produzidos na unidade de Itapevi/SP). Para tanto está previsto o consumo de extensa lista de matérias-primas e insumos apresentada nos estudos, nas páginas 315 a 366 (Pasta 1).

O Projeto Conceitual engloba duas fases, denominadas Fase 1 (*start up* de produção para final de 2021) e Fase 2 (futuras ampliações, previstas para período de 5 anos após início da operação), para a produção dos medicamentos. A Fase 1 será para a transferência da produção (Penicilínicos, Cefalosporínicos, Carbapenêmicos) para Montes Claros, com instalação do prédio de sólidos I para envase e demais prédios para áreas de apoio à operação. A fase 2 será para ampliação da produção de hormonais e de sólidos II, em área já construída.

O processo industrial será composto por etapas de lavagem e esterilização, formulação, filtração esterilizante, enchimento asséptico, inspeção e embalagem, sendo que cada um dos produtos tem sua particularidade, conforme será descrito a seguir.



Em cada unidade de produção haverá o suporte à área produtiva por meio de limpeza dos tanques, equipamentos e utensílios. Os resíduos de produção serão retirados por um corredor e transportados para o porão técnico. No porão técnico, os resíduos permanecerão em áreas de *staging* antes de serem retirados pela rampa de acesso e conduzidos por veículo adequado para a central de resíduos.

### Penicilínicos

As penicilinas são utilizadas para tratamento de infecções diversas, de uso humano e veterinário. A planta de produção dos antibióticos penicilínicos será composta pelas áreas de produção de sólidos humanos, injetáveis humanos, sólidos veterinários injetáveis e suspensões líquidas veterinárias.

Este prédio contará com a Área 1 destinada à fabricação de pós injetáveis, suspensões líquidas injetáveis e semi-sólidos, e a Área 2 destinada à manipulação, envase e embalagem de sólidos orais: cápsulas, comprimidos, comprimidos revestidos, pó para suspensão extemporânea. No setor de Injetáveis Penicilínicos existirá produção de suspensões estéreis injetáveis para uso veterinário em linha dedicada apenas a esta. E também com a área destinada à manipulação, envase e embalagem de sólidos orais.

A produção de sólidos humanos será composta das etapas de manipulação, compressão, revestimento, encapsulamento, embalagem primária e embalagem secundária. Dependendo do produto sólido a ser fabricado, o processo percorrerá um caminho distinto, com etapas relacionadas a características específicas a cada um. Os sólidos penicilínicos poderão ter como embalagem primária comprimidos em frascos, em blisteres, pós para suspensão oral em frascos. As linhas de embalagem secundária compreenderão as etapas de encartuchamento, rotulação, serialização e encaixotamento.

A produção de injetáveis humanos será realizada na forma de suspensões líquidas e pós estéreis. Para as suspensões haverá área de produção, com manipulação e embalagem primária e secundária. Já os pós estéreis serão recebidos prontos para envase e embalagens primária e secundária. A embalagem primária passará por lavagem e esterilização dos frascos, envase e recrave. A embalagem secundária inicia com inspeção, passando pela rotulagem e acondicionamento, para posterior encartuchamento, serialização e encaixotamento.

A produção de sólidos veterinários injetáveis compreenderá produtos estéreis na forma de suspensão de pós, e a produção de suspensões líquidas veterinárias contemplarão as etapas de manipulação, embalagem primária e secundária, as etapas de embalagens serão similares a dos injetáveis humanos.

### Cefalosporínicos

Dentre os antibióticos que serão produzidos, tem-se o bloco dos cefalosporínicos indicadas para tratamento de infecções de pele, partes moles, faringites estreptocócicas e infecções de trato urinário não complicadas. As instalações serão projetadas para fabricação de pós para suspensões extemporâneas, suspensões líquidas, cápsulas, comprimidos, comprimidos revestidos e pós-injetáveis.

O prédio de produção de cefalosporínicos será compartilhado com o envase de produtos antibióticos carbapenêmicos, com 2 pavimentos produtivos, sendo o primeiro pavimento para a área de produção de granel somente de cefalosporínicos (sólidos e suspensões líquidas). O pavimento térreo compreenderá as linhas de embalagem primária e secundária, tanto para produtos cefalosporínicos quanto para carbapenêmicos.

A planta de produção será composta pelas áreas de produção de sólidos humanos e suspensões líquidas humanas, embalagem primária e embalagem secundária.

A produção de sólidos compreenderá produtos na forma de comprimidos, cápsulas e suspensão de pós, passando pelas etapas de manipulação, compressão, revestimento, encapsulamento, suporte da área produtiva, embalagem primária e secundária. Dependendo do produto sólido a ser fabricado, o processo percorrerá um caminho distinto. Os sólidos cefalosporínicos poderão ser colocados em embalagens primárias de cápsulas em *strips* ou blisteres, comprimidos em blisteres e pós para suspensão oral em frascos. Todas as linhas de embalagem secundária compreenderão as etapas de encartuchamento, serialização e encaixotamento, no entanto a linha de embalagem secundária de frascos terá a adição de uma etapa prévia de lavagem externa dos frascos, inspeção e rotulação.

A produção de suspensões líquidas será dividida nos setores de manipulação, suporte da área produtiva, embalagem primária, embalagem secundária e suporte da área de embalagem. A linha de embalagem primária





compreenderá o envase do produto em frascos, já a secundária contemplará rotulagem, encartuchamento, serialização e encaixotamento.

As produções de injetáveis humanos e injetáveis veterinários possuirão etapas semelhantes. A matéria prima será recebida na forma de pó estéril, não sendo necessária manipulação anterior ao envase. A linha de embalagem primária compreenderá a lavagem e despirogenização dos frascos, envase e recrave dos frascos. Na embalagem secundária, os frascos da embalagem primária passarão por etapa de lavagem externa compartilhada com a linha de envase de pós estéreis, e inspeção manual.

### Carbapenêmicos

Os carbapenêmicos são utilizados para tratamento de infecções sistêmicas. A produção deste antibiótico será na forma de injetáveis humanos. Nesse processo teremos apenas o envase do produto, não haverá manipulação e será no mesmo prédio do envase de produtos antibióticos cefalosporínicos. Assim, os pós serão recebidos e direcionados para sua respectiva área de embalagem.

A linha de embalagem primária compreenderá lavagem e despirogenização dos frascos, envase, e recrave dos frascos. Os frascos passarão então por uma etapa de lavagem externa e inspeção manual antes de serem rotulados, acondicionados, seguindo para as etapas de serialização e encaixotamento.

### Hormonais

A fabricação de hormonais da empresa serão principalmente anticoncepcionais orais combinados, minipílulas, hormônios de terapia de reposição hormonal, estrogênios locais, esteroides anabolizantes e hormônios para tratamento da endometriose.

A fabricação de hormonais será dividida em sólidos orais, injetáveis e semi-sólidos, em que cada área terá etapas de manipulação, envase e embalagem primária e secundária.

A produção de sólidos compreenderá produtos na forma de comprimidos e passará pelas etapas de manipulação, compressão, revestimento e embalagens primária e secundária. Dependendo do produto sólido a ser fabricado, o processo percorrerá um caminho distinto. As embalagens primárias serão em comprimidos blisteres, e as secundárias seguirão para encartuchamento, serialização e encaixotamento.

Os injetáveis hormonais serão em soluções, sendo que a área de produção passará pelas etapas de manipulação, embalagem primária em ampolas e em seringas e embalagem secundária. A linha de embalagens em ampolas passará por lavagem e despirogenização das ampolas e envase, a embalagem em seringas será automatizada e seguirá direto para envase, já que elas virão esterilizadas. As linhas de embalagem secundária passarão por etapa de inspeção automática, encartuchamento, serialização e encaixotamento.

A produção de semissólidos compreenderá produtos na forma de cremes. Está prevista uma área de expansão futura para a produção de géis. As etapas compreenderão manipulação e embalagem primária e secundária. A embalagem primária será o envase em bisnagas, e a secundária será em cartuchos seguindo para as etapas de serialização e encaixotamento.

### Blocos 1 e 2 – Envase

Nos blocos de sólidos 1 e 2 será realizado envasamento de fármacos produzidos na unidade industrial de Itapevi/ SP, de diversas classes farmacêuticas e objetivos terapêuticos.

Os produtos finalizados em outras unidades Eurofarma serão armazenados no almoxarifado de onde sairão direto para a embalagem primária que poderá ser na forma de frascos, *strips* e blisteres. A embalagem secundária terá o encartuchamento, serialização e encaixotamento automático.

## **2.2 Uso de água**

A água será oriunda de rede pública (COPASA) ou poços tubulares e distribuída aos pontos de uso e abastecimento das centrais de água. O sistema de armazenamento e distribuição será composto por etapas de filtração de particulados, controle microbiológico por cloro livre e armazenagem.



Segundo previsão, tendo como base outras unidades industriais do grupo, estima-se a vazão necessária para prover a fábrica para produção e consumo humano, de 19 m<sup>3</sup>/h, considerando a utilização de água durante 24 horas por dia, de segunda a sábado, por 22 dias/mês.

#### Sistema de tratamento de água – ETA

A água será captada e conduzida para o tanque de equalização (tanque de água bruta), de onde será direcionado para uma estação de tratamento da água (ETA).

Antes de entrar no tanque de equalização, a água deverá passar por um processo de dosagem de hipoclorito de sódio (13% de concentração). O tratamento inicia com a filtragem com os filtros de zeólito utilizados para remover as partículas grosseiras da água bruta e o filtro tipo cartucho para remover partículas menores. A desinfecção será feita por radiação ultravioleta (UV). Na saída da desinfecção será feita nova dosagem de hipoclorito de sódio (13% de concentração) e a água pronta para consumo será então direcionada para reservatórios de água potável.

Devido à diversidade e a especificidade de produção, será necessária água com qualidades diversas, como se vê a seguir.

#### Água de processo

A água de processo deve ter maior pureza e passará por um sistema de tratamento “water for inject” (WFI), que será responsável pelo abastecimento da produção de fármacos. O sistema consiste no aquecimento e condensação da água purificada. Após a destilação, a água será armazenada em tanque de aço inox. Para a purificação está previsto um destilador de condensação e processo de sanitização independente. No retorno da linha de água haverá monitoramento de condutividade, temperatura e TOC (carbono orgânico total).

#### Água de reuso

Contemplado na área de utilidades industriais, funcionará um sistema de tratamento de água para reuso, que visa reaproveitar a água proveniente da água de chuva dos telhados, rejeitos das gerações de água purificada e água para injetáveis das AHUs de HVAC (sistema de tratamento de ar condicionado e ventilação) e do efluente industrial tratado. O sistema será composto por uma cisterna enterrada, estação de filtração, um sistema de tratamento por dosagem de químicos e um castelo de armazenamento. O sistema de dosagem de químicos deverá realizar o controle microbiológico através de cloro livre. Os reservatórios terão capacidade considerando um tempo de residência mínimo de 30 minutos, para que o cloro livre possa agir. Mas caso a concentração de cloro medida não estiver adequada, o sistema deverá recircular a água até que a concentração esteja conforme especificação. A água de reuso será destinada para uso sanitário, lavagem e irrigação de áreas externas, geração de água abrandada para caldeira, abastecimento da torre de resfriamento, reposição de água gelada e reposição de água quente. Em casos de falta de água de reuso, o castelo será alimentado diretamente por água potável.

### **2.3 Áreas de utilidades limpas**

Cada prédio irá possuir sua central de utilidade limpa, composto por água purificada, água para injetáveis, ar de processo, vapor puro, nitrogênio (NTG) e oxigênio (OXI).

Para a água purificada, a alimentação será feita com água potável e cada sistema será composto por sistema de pré-tratamento com tanque pulmão, bomba, filtros multimídia, filtros de carvão ativado, e um sistema de purificação com osmose reversa de duplo passo e eletrodeionização. A distribuição da Água Purificada em linha específica em aço sofrerá processo de sanitização periódica de acordo com o procedimento pertinente.

O sistema de água para injetáveis será alimentado com água potável a temperatura ambiente, ou água purificada a 15°C. O sistema de geração possuirá, no mínimo, as seguintes etapas: pré-aquecimento, evaporação e condensação. A distribuição de água para injetáveis será feita por uma linha específica em aço inox, com processo de sanitização periódica, com distribuição em pontos de consumo manuais.





A central de geração e distribuição de vapor puro visam atender as demandas para esterilização de equipamentos e utensílios para cada prédio. Cada sistema de geração será composto por um gerador do tipo destilador, alimentado com água para injetáveis a 85 °C.

O ar de processo, ou ar comprimido seco e isento de óleo gerado e distribuído a partir da central de utilidades para cada prédio de produção. Para a purificação do ar comprimido de instrumentos em ar de processo, acrescenta-se uma nova bateria de filtração, composta por filtros específicos.

Haverá uma central de armazenagem composta por vasos pulmão para realizar o armazenamento do nitrogênio líquido pressurizado e uma estação redutora de pressão. O nitrogênio será utilizado na inertização de ambientes e transferência entre equipamentos.

Haverá também uma central de armazenagem e distribuição de oxigênio para os prédios nos quais terá utilização. A central será composta por um vaso pulmão para o armazenamento pressurizado e uma estação redutora de pressão.

## 2.4 Áreas de utilidades industriais

A unidade industrial possuirá um prédio para suprir a demanda dos prédios produtivos de água potável, água gelada, água de resfriamento, vapor industrial e água quente. As gerações de ar comprimido, água gelada e o sistema de abrandamento de água estarão localizados no interior do prédio de utilidades. O sistema de geração de vapor industrial e água quente estarão localizados na casa de caldeiras e as demais utilidades industriais se encontrarão na área externa.

Considerou-se um sistema central de geração e distribuição de água gelada, a ser utilizada nas unidades de tratamento de ar do HVAC (sistema de ar condicionado), sistemas de utilidades limpas e equipamentos de processo da área produtiva. A água será resfriada por chiller e bombeada para a fábrica com o objetivo de resfriar reatores e fan coils (condicionadores de ar).

Haverá um sistema central de geração e distribuição de água de resfriamento, instalado na área externa do prédio de utilidades. O sistema de geração será composto de torres de resfriamento, bacia, bombas de recirculação, estações de filtração e sistema de dosagem de químicos.

Será considerado um sistema central de geração e distribuição de vapor industrial, instalado na casa de caldeiras, para atender as demandas dos sistemas de utilidades limpas, geração de água quente para HVAC e equipamentos de processo de toda a área produtiva. O sistema será composto por uma caldeira com capacidade de geração de vapor 10 toneladas/horas e sistema de dosagem de químicos para evitar incrustação e corrosão. As caldeiras serão alimentadas com lenha.

Haverá um sistema central de geração e distribuição de água quente instalado na Casa de Caldeira, visando atender, exclusivamente, as unidades de tratamento de ar do sistema de HVAC. O sistema será composto de trocadores de calor de placas. Terá um sistema de tratamento da água por dosagem de químicos para evitar incrustação e corrosão.

Será considerado um sistema central de abrandamento de água, para atender a demanda do sistema de geração de vapor industrial. O sistema será composto por um tanque pulmão, uma bomba, dois filtros multimídia, dois filtros de carvão ativado, duas colunas de troca iônica e sistema de dosagem de químicos para controle microbiológico.

Para o ar comprimido terá um sistema central de geração e distribuição, para atender toda a área produtiva. O sistema será composto por compressores, filtros de partículas, filtros, secadores, pós filtros e vaso pulmão.

O Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) será utilizado para atender as envasadoras de ampolas do prédio de hormonais, do laboratório e das áreas administrativas. O sistema armazenagem e distribuição será instalado próximo ao prédio de utilidades, com tanques de armazenamento, medidor e totalizador de vazão, sistema de monitoramento remoto de pressão e estação redutora de pressão. A distribuição ocorrerá através da diferença de pressão entre o tanque de armazenamento e os pontos de uso.



### Tratamento de efluentes

O sistema de tratamento de efluentes irá coletar e tratar todo efluente proveniente das lavagens de equipamentos e utensílios, rejeitos da regeneração da osmose reversa e resinas de troca iônica, lotes rejeitados e quaisquer outros efluentes contaminados. Possuirá tratamento físico, químico e biológico, atendendo aos padrões de eficiência de remoção de matéria orgânica e concentrações estabelecidas pelas legislações para que o efluente tratado possa ser devidamente reutilizado ou descartado.

### Casa de bombas – combate a incêndio

Foi previsto casa de bombas para pressurização da rede de incêndio, em que as bombas serão alimentadas com diesel, que será armazenado em um tanque de aproximadamente 1,0 m<sup>3</sup> a ser disposto em área concretada com sistema de contenção de vazamentos.

### Fontes energéticas/térmicas

O fornecimento de energia elétrica será feito pela CEMIG, cuja subestação terá tensão primária de 13,8 kV, painéis elétricos e transformadores. Além da previsão de 5 MW/mês haverá energia térmica gerada com auxílio de uma caldeira a lenha, capacidade de gerar 10 toneladas de vapor por hora. A empresa realizará o cadastro de consumidor de produtos florestais e buscará fornecedores regularizados para fornecimento de suprimento das caldeiras.

Haverá ainda gerador de emergência para garantir o funcionamento da fábrica por 12 horas, em que o combustível demandado a ser estocado é de 14.000 litros. O armazenamento do diesel será em tanque inserido em área impermeável, sistema de contenção de vazamentos e sistema de drenagem com válvula.

### Sistemas de tratamento de ar (HVAC)

Os sistemas de HVAC fornecerão ar condicionado às áreas produtivas, levando-se em consideração as características do ambiente e exigências dos materiais, processos e produtos, sendo que o ar pode ser filtrado e a temperatura, umidade e pressão controlados. A qualidade do ar será inspecionada periodicamente por empresa contratada, conforme previsto em norma específica.

Os sistemas de ar serão compostos de *fan coils*, responsáveis pelo insuflamento de ar, associados a torres de resfriamento, desumidificadores de ar e baterias de filtros para que a qualidade do ar das áreas seja mantida nas condições pré-determinadas. O retorno ou exaustão do ar das salas onde há manuseio de solventes deverão possuir filtro de carvão ativado no seu ramal de retorno, visando a neutralização de odores. As salas de processo com alta geração de pó serão dotadas de sistemas de exaustão localizadas próximas aos pontos de manipulação e geração dos particulados. Os *fan coils* possuem bateria de filtros que garantem a filtragem do ar para as salas, com 99,97% de eficiência. Após a circulação do ar nas áreas, esse passa por pré-filtro e retorna para o *fan coil* para sofrer nova filtração. As áreas produtivas de Penicilínicos, Cefalosporínicos e Carbapenêmicos possuirão sistemas de ar separados e distintos.

## **2.5 Almojarifado e depósito de produto acabado**

O almojarifado e o centro de distribuição com produtos acabados compartilharão o mesmo prédio.

O almojarifado será utilizado para recebimento, amostragem, armazenamento, pesagem, dispensação e transporte de matéria prima para seus respectivos prédios conforme demanda da produção. O armazenamento de matérias-primas e material de embalagem terá separação física. A área de matéria-prima terá câmara fria com temperatura de 2 a 8°C para itens termossensíveis. Os produtos líquidos serão armazenados preferencialmente sob pallets para contenção de eventuais vazamentos, em setor dotado de kit de emergência para contenção de pequenos transbordos ou incidentes com vazamentos.

O prédio contará com sistema de isolamento térmico e monitoramento de temperatura para garantir a qualidade das matérias primas. Haverá preparação para produção com fracionamento das matérias-primas e disposição em pequenos containers destinados à produção.

Serão disponibilizadas no setor as Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQs).



O almoxarifado também terá separação física entre as áreas de material de embalagem e produto acabado. Os materiais reprovados pela garantia de qualidade serão armazenados em área específica, identificada e restrita para cada categoria de material (materiais produtivos, medicamentos, medicamentos controlados, produtos para saúde e produtos acabados da categoria alimentos).

Ao sair do bloco de produção, o produto será armazenado temporariamente em um galpão até que a equipe da Garantia da Qualidade libere o material para envio aos Centros de Distribuições (CD). Os produtos acabados serão armazenados sobre pallets, separados de acordo com sua tipologia e lote de fabricação.

Estão previstas duas salas no pavimento térreo para armazenamento e posterior recolhimento para descarte apropriado dos resíduos. As embalagens primárias (embalagem que está em contato direto com o produto) deverão ser incineradas, e as secundárias, recicladas. Haverá ainda área de lavagem das cabines de amostragem e pesagem, bem como dispensação para higienização e/ou esterilização de peças e materiais. Os *bins* (recipiente) serão lavados em suas respectivas linhas de produção em função do risco de contaminação cruzada.

## 2.6 Laboratórios

É previsto laboratório onde serão realizados testes de qualidade de matéria-prima, produtos e insumos. Nesta área poderão ser gerados efluentes líquidos com reagentes e descarte do processo de análise físico-química, além de restos de produtos. As sobras de análises líquidas serão armazenadas diretamente em bombonas, demais resíduos serão acondicionados em embalagens que garantam a estanqueidade e integridade dos resíduos. Estes resíduos, bem como as bombonas com líquidos, serão encaminhados a empresas terceirizadas para efetuar a destinação final adequada.

Os resíduos sólidos gerados serão principalmente embalagens de produtos e meios de cultura. Antes de sair do setor, o resíduo deverá ser autoclavado para garantir que não ocorra nenhum tipo de contaminação externa pelo produto.

## 2.7 Oficinas de manutenção e calibração

Setor onde ocorrerá a manutenção e calibração dos equipamentos e máquinas em geral, além dos instrumentos de medição e controle do setor produtivo. Os resíduos e efluentes serão segregados e armazenados conforme tipologia. As áreas serão impermeabilizadas, porém sem previsão de manipulação de peças ou equipamentos com óleo.

## 2.8 Área de resíduos

Foram definidas as seguintes formas de disposição temporária dos resíduos, com segregação:

- Recicláveis: caçambas compactadoras
- Não recicláveis: containers em área coberta
- Entulho: caçamba
- Perigosos: área específica

Os resíduos não serão retirados dos prédios produtivos pela espinha. Existirá uma sala específicas no pavimento térreo destinadas para armazenamento de resíduos gerais e posterior recolhimento para descarte apropriado.

Resíduos gerados nas atividades do centro de distribuição serão armazenados em área apropriada e devidamente identificada. Os resíduos serão retirados por uma das docas até a central de resíduos.

## 2.9 Áreas de apoio

A fábrica possuirá áreas de apoio aos funcionários, tais como refeitório, ambulatório e creche.



No refeitório previsto terá preparo das refeições. Serão servidos diariamente desjejum (café da manhã), duas refeições (almoço e jantar), além de lanches em todos os turnos de trabalho. Este setor contribuirá com a geração de efluentes sanitários e resíduos sólidos domésticos e recicláveis.

Haverá um ambulatório para atendimento dos funcionários quando necessário, com equipe composta por médico, enfermeiro e técnico em enfermagem. Os resíduos perigosos gerados neste setor serão enviados para incineração.

Dentro do empreendimento haverá uma creche para os filhos dos colaboradores, para receber crianças entre dois e seis anos. A unidade será composta por salas por faixa etária, sanitários adaptados para crianças, restaurante com nutrição específica, parque de diversões, sala de banho, lavanderia, sala de apoio pedagógico e sala de gerência.

## 2.10 Arborização/Cortina verde

O empreendimento contará com uma cortina verde no perímetro da unidade, e área verde em alguns pontos internos do empreendimento (praças, vias, entorno de blocos produtivos e áreas de convivência).

## 3. FASE DE INSTALAÇÃO

A fase de instalação do empreendimento levará em consideração diretrizes e etapas que influenciarão diretamente no solo, como a formação do canteiro de obras com usina de concreto, supressão de vegetação, e terraplanagem, que implicarão em impactos para o meio físico, biótico e socioeconômico tais como geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos, emissões atmosféricas, ruídos, e impactos sociais para a comunidade circunvizinha.

### 3.1 Canteiro de Obras

Antes do início das obras propriamente ditas, deverão ser executadas todas as instalações provisórias, segundo programa pré-estabelecido, facilitando a recepção, estocagem e manuseio dos materiais.

Está prevista a locação do setor administrativo em escritórios do tipo container. Os escritórios locados já estarão equipados com rede elétrica, água, sanitários e sistema de refrigeração.

O canteiro de obras possuirá ainda demarcação de depósito de material descoberto (areias, britas, tijolos, etc); locais para instalação de equipamentos; depósitos cobertos para materiais que precisam de maior proteção, dotado de sistema de ventilação e aeração natural e pavimentação ou proteção de pisos, suprimento de água, luz e força, inclusive as respectivas ligações.

Para a energia, durante as obras será solicitada junto a CEMIG a instalação de um padrão de entrada de energia elétrica provisório com o objetivo de atender o canteiro de obras, caso necessário será utilizado gerador de energia elétrica movido a diesel, sendo que o mesmo deverá possuir uma baía para contenção de possíveis vazamentos.

Será implantado um sistema de lava-rodas na saída do canteiro de obras, junto à via de circulação de veículos. Será instalada uma canaleta com caimento que interligará o lava-rodas para o sistema de decantação da obra, sendo priorizada a aplicação de água de reuso no sistema.

Haverá um sistema de drenagem provisório que inclui valetas ou canais, com a finalidade de manter as vias e as frentes de serviços livres das águas pluviais durante a execução das obras, até que as redes definitivas estejam concluídas.

Os resíduos gerados durante a obra serão dispostos em baias separadas.

Na etapa de instalação do empreendimento, até que ocorra a construção da rede de esgoto sanitário e do sistema de tratamento, os efluentes sanitários serão encaminhados para fossa séptica, sem lançamento em sumidouro ou curso d'água. O intuito é a retirada de todo o efluente sanitário gerado, através de empresas terceirizadas para tratamento externo.



Para a instalação do empreendimento será necessária a operação provisória de uma usina de concreto que será realizada por empreiteiras, com previsão de funcionamento por 2 anos, tempo correspondente ao período estimado para as obras. Esclarece-se que embora a atividade principal esteja sendo licenciada para as fases prévia e de instalação, esta atividade estará operando porque ela se faz necessária tão e somente para a fase de instalação da atividade principal, motivo pelo qual está sendo tratada como atividade acessória à principal, não sendo objeto de um processo apartado, evitando assim o fracionamento do licenciamento ambiental.

Informa-se que capacidade estimada da usina de concreto é de 100 toneladas/hora, os materiais utilizados serão Cimento Portland e agregados (rocha), e as proporções deverão seguir critérios internos para que se produza concreto da qualidade esperada pela empresa. O armazenamento dos materiais deverá ser em local protegido contra intempéries.

Os principais impactos averiguados no PCA pela usina de concreto são: geração de efluentes líquidos, emissão de ruídos, emissões atmosféricas e geração de resíduos não perigosos.

A atividade de concretagem, é composta pelas etapas de dosagem e mistura do concreto (cimento, água, agregados). A mistura acontece em betoneiras, e segue transportada até o adensamento. Nesta etapa são empregados vibradores de imersão para evitar criação de bolhas de ar na massa. Até que ocorra a secagem e endurecimento, o concreto deverá ser protegido contra intempéries, vibrações indesejadas, choques. Por este motivo a estrutura concretada deverá estar protegida contra secagem prematura, sendo umedecida durante 7 dias. Moldagem das formas e retirada dos moldes após completa secagem finalizam a atividade.

Para minimização dos impactos gerados, está proposto no PCA:

- monitoramento da atividade e horários para evitar que o ruído gerado ultrapasse os limites exigidos;
- realização de manutenção dos veículos de prestadores de serviço, para a redução do ruído e das emissões de gases poluentes;
- segregação dos resíduos gerados com o adequado armazenamento interno nas áreas destinadas no empreendimento com posterior destinação final para reciclagem externa em empresa com regularização ambiental;
- estocagem de produtos químicos e derivados de petróleo em locais seguros contra vazamentos e derramamentos, de modo a evitar o contato direto com o solo, e providos de extintores adequados e no prazo de validade;
- local coberto para estocagem de todos os materiais ou produtos que possam gerar poeira ou pó, protegidos da ação dos ventos;
- solicitar aos fornecedores as Fichas Técnicas de Segurança dos Produtos Químicos (FISPQ's), e o estabelecimento de condições específicas de armazenamento; estoque de materiais, de forma que as etiquetas fiquem visíveis, tomando especial cuidado com os produtos perigosos;
- não realizar o armazenamento de materiais em superfícies inclinadas ou a desníveis e em proximidade dos corpos de água naturais.

Os impactos ambientais relacionados a atividade da usina de concreto serão devidamente mitigados com as ações do empreendimento mesmo que a atividade seja terceirizada.

## **4. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL**

### **4.1 Área Diretamente Afetada - ADA**

A Área Diretamente Afetada foi definida como sendo a área total do terreno de 25,0 ha (Figura 3), onde serão desenvolvidas atividades da empresa, desde o processo produtivo até a rotina normal dos colaboradores.



**Figura 3 – Área Diretamente Afetada**



Fonte: Estudos ambientais

#### **4.2 Área de Influência Direta - AID**

A AID foi definida como o somatório da ADA e seu entorno, onde potencialmente podem ocorrer impactos diretos, que variam conforme o parâmetro avaliado para os meios físico, biótico e socioeconômico.

Portanto, para o meio físico, o entorno consiste nas áreas afetadas pela drenagem, bem como nas propriedades circunvizinhas e os trechos das faixas de domínio da Estrada da Produção e da Ferrovia Centro Atlântica.

Para o meio biótico, a delimitação considerada foi o trecho da bacia do Rio Vieira e as microbacias de alguns de seus afluentes e conseqüentemente suas áreas de preservação permanente (APPs), onde os impactos podem, mesmo que em menor grau, ocorrer de forma direta. Foram consideradas ainda as áreas verdes próximas, com remanescentes de vegetação num raio de aproximadamente 5 km. Tal definição levou em conta as possíveis interações ecológicas, tanto da propagação de espécies vegetais, como dos comportamentos da avifauna, fauna terrestre (herpetofauna, mastofauna) e da ictiofauna.

Quanto ao meio socioeconômico entende-se como mais significativos os impactos sobre os bairros vizinhos e sobre algumas comunidades próximas que utilizam a Estrada da Produção como principal via de acesso, uma vez que além do impacto sobre o trânsito, haverá o desenvolvimento de atividades comerciais e de prestações de serviço. Dessa forma, a AID compreende uma área aproximada de 5.908 ha.

A Figura 4 mostra a AID do empreendimento.





**Figura 4 – Área de Influência Direta**



Fonte: Estudos ambientais

Conforme Lei nº 3.031, de 06 de julho de 2002, que dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no Município de Montes Claros. De acordo com o mapa de zoneamento urbano atualizado em 2015 pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, anexo a este estudo, junto à análise do Plano Diretor, que se encontra em processo de revisão, observa-se que a ADA do empreendimento se encontra dentro do perímetro urbano, no seu limite com a Zona Rural, Zona Industrial (ZI), área criada especificamente para o desenvolvimento das atividades industriais.

Para realização de diagnóstico da área de estudo foram utilizados dados primários de flora e secundário dos demais parâmetros. A AID encontra-se dentro do Mapa da Lei da Mata Atlântica, e a ADA encontra-se situada no Bioma Mata Atlântica, em área de transição entre fitofisionomias de Cerrado e Floresta Estacional Decidual.

#### **4.3 Área de Influência Indireta - All**

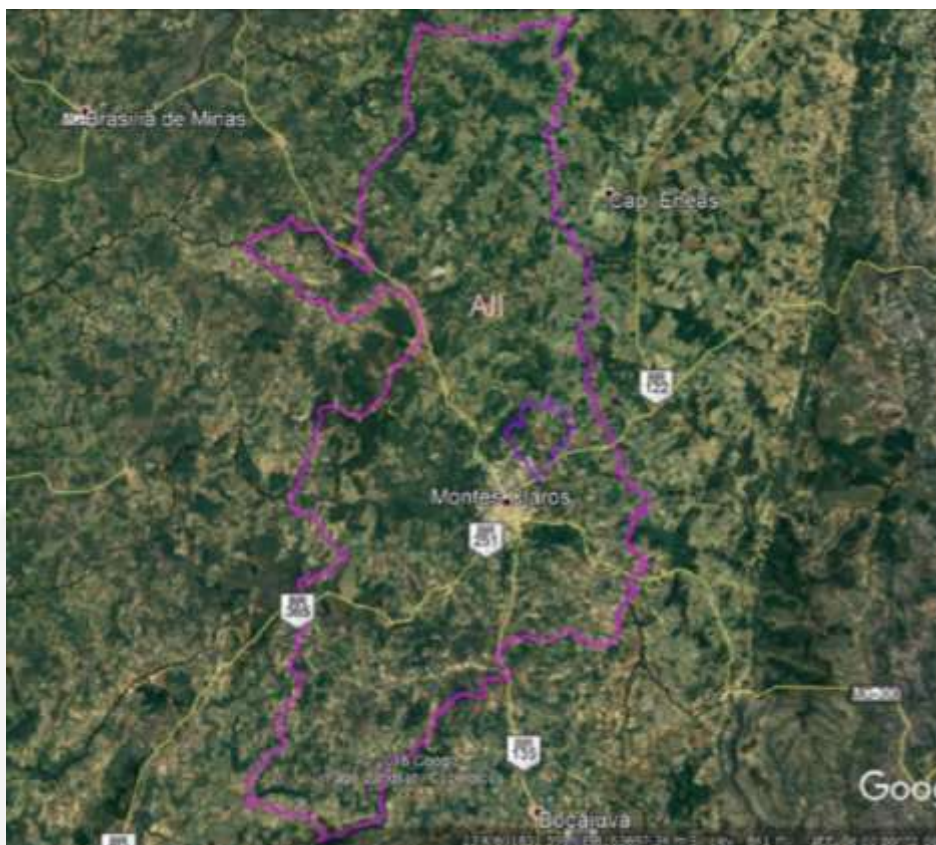
Como o empreendimento exerce forte influência, principalmente sobre o aspecto econômico regional, considerou-se como All o município de Montes Claros, devido ao fato de a indústria estar locada no seu distrito industrial e ser uma atividade econômica que gera renda através dos tributos, impostos e encargos, para a União, Estado e Município, além de gerar empregos diretos e indiretos através da demanda por serviços e produtos, os quais contribuem para a injeção de capital na economia local. Assim, para fins de análises mais amplas e macro, normalmente atribuídas aos impactos indiretos, será considerada a área de 3.576,76 Km<sup>2</sup>.

A Figura 5 mostra o mapa da All do empreendimento.





**Figura 5 – Área de Influência Indireta**



Fonte: Estudos ambientais

#### 4.4 Meio Físico

##### Caracterização Climática

Para a caracterização das áreas de influência do empreendimento relacionadas ao clima, foram utilizadas informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Foram utilizados dados da estação meteorológica convencional de Montes Claros-MG (est.: 83437) no período entre 01/01/2013 e 07/05/2018.

O clima nas áreas de influência do empreendimento é classificado como Tropical Brasil Central com médias de temperaturas superiores a 18°C em todos os meses do ano, com verão úmido e inverno seco.

Os dados climáticos avaliados indicam que a região em estudo apresenta invernos secos e amenos (raramente frios em excesso) e verões chuvosos com temperaturas altas. As maiores temperaturas ocorreram entre os meses de dezembro e fevereiro, porém, a maior média mensal da temperatura máxima ocorreu no mês de outubro de 2015, onde foi registrada média de 35,52°C. Os meses mais frios vão de maio a agosto, com temperaturas variando entre 15 a 17°C e média mensal da temperatura mínima mais baixa registrada em 14,41°C no mês de julho de 2017. Outono e primavera são estações de transição, contudo, ao longo dos anos, há o predomínio de temperaturas sempre acima dos 22°C, com exceção do ano de 2017 em que houve ocorrência de temperaturas médias mais baixas do que o normal.

A partir dos dados das normais climatológicas da região dos anos de 1961 e 1990, verificou-se que o período de seca na região de estudo ocorre entre abril e setembro e a precipitação mínima ocorre no mês de julho (aproximadamente 3 mm). Já o período chuvoso abrange o intervalo de outubro ao final de março com as máximas geralmente em dezembro (236 mm). A precipitação média total anual é de 1005 mm.



A incidência de sol na região se apresenta elevada durante praticamente todo o ano, com período mais ensolarado entre maio e agosto, isto é, no período seco, já que, no período chuvoso, a presença das nuvens reduz a insolação.

A umidade relativa do ar média foi de aproximadamente 69,1%. O mês mais úmido corresponde também ao mais chuvoso, que é dezembro, cuja umidade relativa do ar média foi de 75% e a máxima média registrada no período analisado foi de 81,0 % em dezembro de 2013, já as mínimas registradas no mês de agosto, com valores normalmente abaixo dos 40%.

#### Caracterização Geológica e Pedológica

A área de estudo encontra-se sobre uma plataforma denominada Cráton do São Francisco formada por rochas do grupo Bambuí. Apesar de situada em plataforma estável, as rochas da AII apresentam falhamentos com rochas intensamente dobradas, fraturadas e cortadas por veios de quartzo.

Após consulta ao Mapa de Solos do Estado de Minas Gerais de 2010, da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), foi possível verificar que as classes de solo que ocorrem na AID e ADA são Cambissolo e predomínio de Nitossolos Háplicos, distrófico e eutrófico. Os nitossolos têm como característica comum a profundidade e seu horizonte A com teores maiores ou iguais a 350g/kg de argila, susceptibilidade à lixiviação. Os Cambissolos, são hidromórficos caracterizados por apresentarem um horizonte B incipiente, ou seja, geralmente mais rasos com predomínio de campo limpo ou campo sujo. Ambas as classes de solo apresentam baixa fertilidade natural e podem apresentar elevados teores de alumínio. Os pontos do relevo com ondulações, onde provavelmente incidem os Cambissolos, o solo apresenta maior erodibilidade com ocorrência de significativos focos erosivos.

A ADA apresenta grande parte sem cobertura vegetal, com solo exposto suscetível ao intemperismo, mas sem observação de grandes focos erosivos.

#### Relevo e Topografia

Na região de Montes Claros, as principais unidades de relevo são Depressões e Chapadas do São Francisco. Foi gerado um mapa com curvas de nível de 30 em 30 metros de diferença de altitude, por meio do qual foi possível verificar altimetria igual ou menor a 600 metros e que a área está sob influência da planície do rio Vieira. Há predomínio de um relevo suave, exceto pela elevação onde se encontra o leito de um rio efêmero que formou um lago pelo barramento da estrada.

#### Caracterização Hidrogeológica

A AID e AII encontra-se no Sistema Aquífero Fissurado-Cárstico. Os aquíferos existentes, são de importância moderada em função da distribuição territorial e dos volumes de água que podem proporcionar.

#### Hidrografia

O empreendimento está inserido na Bacia Federal do Rio São Francisco e Estadual do Rio Verde Grande. A região integra a bacia do rio São Francisco pela margem direita, sendo o Verde Grande o seu principal curso de água e os rios Gorutuba, Verde Pequeno, Juramento e Quem-Quem alguns de seus tributários mais significativos pela margem direita. Pela margem esquerda, o ribeirão do Ouro, o córrego Macaúbas e os rios Arapoim e o Córrego Vieira são seus principais afluentes. Localmente, o empreendimento está inserido na sub-bacia hidrográfica do Rio do Vieira, contribuinte da Bacia Hidrográfica Rio Verde Grande.

O Rio Vieira cruza a cidade de Montes Claros e localmente está situado a aproximadamente 350 metros da ADA do empreendimento e dentro de sua AID. Possui elevada carga de poluentes por receber os efluentes urbanos da cidade de Montes Claros. Encontra-se totalmente antropizado, com trechos do seu leito substituídos por canais de alvenaria e sua APP suprimida por avenidas e vias urbanas.

Nas proximidades da ADA do empreendimento, o Rio Vieira recebe um curso d'água efêmero que recebe a drenagem da área à montante da gleba e intensifica a formação de várzea alagada em conjunto com os meandros do Vieira. O curso d'água efêmero cruza a porção sudoeste da ADA, onde há formação de dois lagos em ambos os lados da estrada devido à disposição das manilhas de drenagem sob a Rodovia Estrada da Produção, fora da cota adequada. Contudo, é possível observar que não há fluxo ao longo do mesmo,



apenas enquanto atua como dreno da área à montante em período chuvoso continuado. Apesar da nomenclatura utilizada pelo empreendedor ter sido “Rio Efêmero”, a drenagem encaminhada apresenta dependência direta do aporte de águas pluviais, existindo como curso d’água apenas em períodos chuvosos, desta forma essa feição geomorfológica não possuem área de preservação permanente. A drenagem efêmera A Figura 6 e Figura 7 mostram detalhamento destas áreas.

**Figura 6 – Detalhe da Drenagem da ADA**



Fonte: Estudos ambientais

**Figura 7 – Detalhe dos lagos formados pelo barramento da estrada da produção no rio efêmero**



Fonte: Estudos ambientais





Foi constatada presença de duas grotas no interior da ADA, próximo ao limite norte da mesma. As mesmas recebem a drenagem de parte da ADA e desaguam na várzea formada à jusante, a qual pertence ao Rio Vieira. Foi realizada visita *in loco* em 29-3-2018 para caracterizar as respectivas grotas, mês este em que foi registrada uma precipitação total de 106,3 mm desde o dia 01/03 e de 7,5 mm nos últimos 7 dias até a data. Lembrando que os primeiros meses do ano de 2018 apresentaram índice pluviométrico consideravelmente superior aos mesmos meses dos anos anteriores e, ainda assim, não havia fluxo em nenhuma das duas grotas.

### Espeleologia

Em consulta ao IDE-Sisema, verificou-se que o empreendimento será instalado em área classificada como de muito alto potencial espeleológico, o que implicou na realização da prospecção para verificação da existência de cavidades naturais subterrâneas nas áreas de influência do empreendimento, como mostra a Figura 8.

**Figura 8 - Potencial Espeleológico de acordo com o IDE-Sisema.**



Fonte: IDE-Sisema, 2019.

O empreendedor apresentou um estudo espeleológico elaborado pela empresa de consultoria Ativo Ambiental Ltda. - ME, contendo a Prospecção Espeleológica da ADA e do buffer de 250 metros do empreendimento, baseados na Instrução de Serviço Sisema nº 08, de 2017. A metodologia prospectiva baseou-se em levantamentos bibliográficos, análise documental e cartográfica, definição do potencial espeleológico da área de estudo e prospecção espeleológica.

A área em estudo se encontra na Formação Serra de Santa Helena, cuja litologia é caracterizada por metassiltitos e fofhelhos ardiosianos intercalados com litotipos normalmente bem intemperizados. Com o trabalho de campo verificou-se que o terreno está situado em rochas pelíticas/metapelíticas, que apresenta baixo potencial espeleológico. No entanto, quando próximo ao contato com calcários ou metacalcários, há registros de cavidades desenvolvidas nesta litologia. A partir da prospecção espeleológica não foram observadas cavidades naturais subterrâneas presentes na Área Diretamente Afetada (ADA) e no entorno de 250 metros.

No dia 05 de fevereiro de 2019 foi realizada vistoria na área do empreendimento com o objetivo de validar os estudos espeleológicos apresentados (Relatório de Vistoria nº 02/2019). Durante a vistoria foram percorridos diversos pontos da Área Diretamente Afetada – ADA e no seu entorno e não foi encontrada nenhuma feição cárstica.

Desta forma o estudo conclui que, apesar de não ter evidências de risco ao patrimônio espeleológico, a formação geológica local sugere a realização de sondagem e/ou estudos geofísicos para verificar o pacote



rochoso e possibilidade de subsidência, bem como que seja feita consulta a profissional geotécnico. Desta forma, esse estudo foi solicitado através de informação complementar e apresentado em 26/06/2019.

O levantamento geofísico para auxílio na avaliação do potencial hidrogeológico e da ocorrência de cavidades na área de estudo foi elaborado em agosto/2017 e conclui “Em se tratando de área onde a litologia observada é predominantemente composta por rochas calcárias, não foi encontrado nos dados analisados qualquer indício de subsidência da área de estudo que pudesse ser atribuída a processos de formação de feições cársticas que podem dar origem a ocorrência cavidades, dolinas e/ou cavernas”.

#### 4.5 Meio Biótico

##### Flora

Conforme o IDE-Sisema, bem como o Inventário Florestal de MG e o mapeamento da cobertura vegetal de 2009, a AID do empreendimento pertence ao Bioma Cerrado, contudo, é possível identificar na AID vários fragmentos de vegetação pertencentes às fitofisionomias comuns à Mata Atlântica, como Floresta Estacional Decidual Montana e Floresta Estacional Semidecidual Montana e o Cerrado Stricto e Campo Cerrado, pertencentes ao bioma Cerrado. As áreas dos remanescentes de vegetação alternam-se às áreas de uso antrópico consolidado, onde desenvolvem-se atividades diversas, desde agropecuárias às industriais.

Em consulta ao mapa do IBGE que trata da Área de aplicação da Lei Federal nº 11.428, de 2006, verificou-se que a ADA e a área solicitada para intervenção encontra-se situada no Bioma Mata Atlântica, em área de transição entre fitofisionomias de Cerrado e Floresta Estacional Decidual.

A ADA do empreendimento é de 25 ha, sendo que o processo de intervenção foi referente a área de 20,5134 ha, sendo 4,7401 ha para supressão total de vegetação nativa com destoca e corte de 596 árvores isoladas nativas localizadas no restante da área de, ou seja, em 15,7733 ha.

Para a caracterização da flora e definição do estágio de regeneração natural da vegetação foi apresentado um Inventário Florestal realizado numa área de 8,2515 ha e um censo florestal numa área de 15,7733 ha (árvores isoladas). Parte da área (3,5114 ha) onde foi realizado o inventário florestal será utilizada para os plantios compensatórios pela supressão das árvores isoladas.

Para a compensação, o plantio das mudas será realizado na mesma propriedade do empreendimento.

##### Fauna

O empreendimento está localizado em área antropizada e a aproximadamente 5,2 km do Parque Estadual da Lapa Grande, unidade de conservação bem preservada criada para proteger o complexo de grutas e abrigos da Lapa Grande, bem como o ecossistema existente.

Inicialmente, o empreendedor apresentou nos estudos, apenas levantamento por dados secundários relativos aos biomas presentes no empreendimento, sem caracterização da fauna da ADA e AID. Por informações complementares, a equipe técnica solicitou o envio de estudo com a caracterização de fauna da ADA e AID, bem como avaliação de impacto sobre as espécies.

O empreendedor apresentou as informações complementares, incluindo um estudo datado de abril/2019, elaborado pela DataFauna Estudos de Fauna, sob responsabilidade do Biólogo Carlos Henrique Pires Magalhães (CRBio 049928/04-D, ART nº2019/02346). Foram elaborados levantamentos de dados secundários de grandes áreas, como a bacia do Rio São Francisco, de forma que os dados indicam pouco sobre o empreendimento e sua área, bem como sobre os impactos da fauna.

Os dados diretos, contudo, foram obtidos por meio de coletas sem manejo (portanto, sem necessidade de autorização de manejo de fauna), com caminhamentos na ADA e AID. Para Avifauna, foram observadas 18 espécies, sendo que nenhuma é considerada ameaçada ou indicadora de qualidade ambiental. Para herpetofauna, foram encontradas somente 4 espécies, nenhuma de importância ecológica ou indicadora de qualidade ambiental. A mastofauna foi avaliada por censos aleatórios com busca por vestígios e apenas duas espécies foram identificadas, sendo que nenhuma delas é de relevância ecológica. O diagnóstico de ictiofauna foi realizado por meio de entrevistas, e o empreendedor alega que o trecho do rio do Vieira que drena a AID deste empreendimento se encontra imediatamente a jusante da estação de tratamento de esgoto de Montes



Claros, apresentando parâmetros de qualidade de água que não possibilitam a colonização por peixes. A entomofauna foi avaliada com 19 espécies somente, por métodos de entrevista.

O impacto previsto sobre a fauna é a perda de biodiversidade devido à perda de habitat, e a única medida mitigatória prevista é a execução do plano de salvamento da fauna. O plano deverá ser detalhado quando da solicitação de manejo de fauna para fins de resgate.

#### 4.6 Meio Socioeconômico

Conforme apresentado no RCA, em 2016 Montes Claros possuía 398.288 habitantes com uma taxa de crescimento de aproximadamente 1,95%, concentrada principalmente no setor econômico de serviços, seguido de comércio e industrial. No ramo industrial, foram destacados o Grupo Alpagargatas (calçados), Grupo Coteminas (tecidos), Valle (medicamentos e produtos veterinários), Grupo Lafarge (cimento), Novo Nordisk (medicamentos), Nestlé (produtos lácteos) e Petrobrás (combustível).

Sobre o setor de ensino, em 2009 existiam 342 escolas e universidades com aproximadamente 50 cursos de graduação, além de cursos de pós-graduação.

O transporte coletivo no município é atendido por duas empresas concessionárias. Como o empreendimento encontra-se no perímetro urbano de Montes Claros, foi identificada a linha responsável pela rota que atende a região mais próxima ao empreendimento, linha 2603.

O município conta com linhas regulares de ônibus intermunicipais e interestaduais e transportes de cargas e valores servida por várias empresas de pequeno, médio e grande portes.

Para o transporte de cargas, o município é servido ainda pela Ferrovia Centro Atlântica – FCA, com 7.220 quilômetros de extensão, a ferrovia passa por 316 municípios, em sete estados brasileiros, sendo o principal eixo de integração entre as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-oeste.

Com relação ao esgotamento sanitário, segundo dados apresentados nos estudos, a COPASA informou que grande parte dos efluentes gerados no município é interligada à rede coletora e Estação de Tratamento de Efluentes (ETE). Há ainda algumas ligações irregulares com lançamento de esgoto *in natura* no Rio Vieira. A ETE municipal se encontra no distrito industrial.

Os resíduos sólidos urbanos gerados, é coletado pela Secretaria de Serviços Urbanos do município com 18 caminhões compactadores em três turnos diários. A disposição final destes resíduos é realizada em aterro pertencente à empresa Via Solo.

O único sistema de drenagem existente nas proximidades do empreendimento é o da Estrada da Produção, portanto, o projeto de implantação do empreendimento contempla um sistema de drenagem pluvial que deverá ser adequado ao sistema público existente.

No que se refere aos fatores de restrição ambiental existentes na ferramenta IDE Sisema, na consulta realizada em 04-07-2019 não foram identificadas comunidades tradicionais na área de influência da empresa, a exemplo quilombolas e indígenas, bem como não foram identificados bens tombados e acatrelados.

### 5. UTILIZAÇÃO E INTERVENÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS

De acordo com as informações prestadas pelo empreendedor, há duas possibilidades de fornecimento de recursos hídricos para o empreendimento, quais sejam: pela concessionária (COPASA) ou por meio de poços tubulares.

A COPASA emitiu ofício indicando a viabilidade para fornecimento de água para atender a demanda do complexo industrial, desde que atendidos alguns requisitos que serão objeto de um futuro contrato, caso necessário.

Informa-se que foram expedidas autorizações para a perfuração de dois poços tubulares, conforme processos 037846/2019 e 037847/2019, sendo prevista a vazão de 15m<sup>3</sup>/h para cada um. A formalização dos processos de outorga deverá ser realizada e emitida antes do início da implantação.



Foi estimado que os poços a serem perfurados serão suficientes para atender a demanda do empreendimento, calculada de 19m<sup>3</sup>/h. A demanda hídrica foi calculada com base em outras unidades industriais do grupo com as mesmas linhas de fabricação e quadro de funcionários.

## 6. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL (AIA)

O empreendedor formalizou o processo de Autorização para Intervenção Ambiental - AIA nº 03918/2018 requerendo autorização para supressão de uma área de vegetação nativa com destoca de 4,7401 ha e corte de 596 árvores isoladas nativas vivas localizadas numa área de 15,7733 ha, para implantação do empreendimento.

Em consulta ao mapa do IBGE, que trata da área de aplicação da Lei Federal nº 11.428, de 2006, verificou-se que a área solicitada para intervenção encontra-se situada no Bioma Mata Atlântica, em área de transição entre fitofisionomias de Cerrado e Floresta Estacional Decidual. A área total requerida para intervenção é de 20,5134 ha. (Figura 9)

**Figura 9 - Delimitação do bioma Mata Atlântica de acordo com as informações disponíveis no IDE-Sisema.**



Fonte: IDE-Sisema, 2019.

Em consulta a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE- Sisema), foi verificado que o empreendimento não está inserido em área de Reserva da Biosfera ou em Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade.

### 6.1 Inventário Florestal

Para a caracterização da flora e definição do estágio de regeneração natural da vegetação foi apresentado Inventário Florestal realizado numa área de 8,2515 ha e censo florestal numa área de 15,7733 ha (árvores isoladas). Parte da área (3,5114 ha) onde foi realizado o inventário florestal será utilizada para os plantios compensatórios pela supressão das árvores isoladas. Portanto, a área autorizada para supressão de vegetação nativa será de 4,7401 ha.

Para realização do inventário florestal foram lançadas 04 parcelas de 300 m<sup>2</sup> (15m x 20m) cada. As parcelas consideradas na amostragem foram demarcadas em campo e georeferenciadas. De acordo com os





dados apresentados no inventário florestal foram encontrados 33 indivíduos arbóreos pertencentes a 17 espécies vegetais. Os resultados fitossociológicos mostraram que as espécies *Myracrodruon urundeuva*, *Piptadenia viridiflora* e *Mimosa tenuiflora* (Wild.), pois foram as mais expressivas na área amostrada e obtiveram um Índice de Valor de Importância - IVI equivalente a 15,04%, 12,90% e 8,09%, respectivamente.

De acordo com os dados apresentados no censo florestal, foram mensuradas 596 árvores, sendo encontradas 47 espécies distribuídas em 25 famílias, com a maioria das espécies típicas do Cerrado. Todas as árvores foram numeradas e georeferenciadas. Os resultados fitossociológicos mostraram que as espécies *Astronium fraxinifolium* Schott e a *Myracrodruon urundeuva* foram as mais expressivas na área e obtiveram um Índice de Valor de Importância - IVI equivalente a 11,65% e 7,15% respectivamente.

Na área de intervenção ambiental há ocorrência de espécies pertencentes ao gênero *Tabebuia*, sendo a *Tabebuia aurea* (Caraíba), *Tabebuia ochracea* / *Handroanthus ochraceus* (Ipê amarelo-do-cerrado), *Handroanthus serratifolius* / *Tabebuia serratifolius* (Pau D'arco ou Pau D'arco amarelo) e *Tabebuia roseo-alba* (Taipoca), declaradas de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte no Estado de Minas Gerais. A supressão das espécies do gênero *Tabebuia* é admitida nesse caso por se tratar de área urbana ou distrito industrial, conforme a Lei Estadual nº. 9.743, de 1998.

Na área de intervenção ambiental não há ocorrência de espécies ameaçadas de extinção conforme a Portaria nº 443, de 2014, do Ministério do Meio Ambiente (Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçada de Extinção).

A determinação do estágio sucessional da cobertura vegetal presente na área requerida para intervenção foi realizado com base nos parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA nº 392, de 2007. A vegetação encontra-se bastante alterada, devido aos vários indícios de antropização existentes no local. A propriedade é margeada por uma rodovia e uma ferrovia e são observados diversos pontos de solo exposto. A vegetação não apresenta estratificação definida, formando um único estrato, com altura média entre 3 a 6 metros. As espécies lenhosas possuem distribuição diamétrica de pequena amplitude, com diâmetro médio inferior a 8 centímetros. Há presença de espécies pioneiras abundantes (*Mimosa tenuiflora*, *Myracrodruon urundeuva*, *Piptadenia viridiflora* e *Guazuma ulmifolia*). Não foi observada a presença de epífitas e a serapilheira forma uma fina camada pouco decomposta, quando existente. Embora a altura média das árvores encontra-se entre 3 a 6 metros, verifica-se que a área possui baixa diversidade, com poucas espécies dominando a área, além de alto grau de antropização e fragmentação. Portanto, os fragmentos de Floresta Estacional Decidual são classificados como estágio inicial de regeneração natural.

## 6.2 Do rendimento e da destinação do material lenhoso

O volume total de madeira a ser suprimida na área de intervenção é de 106,19 m<sup>3</sup>, já considerando o volume de tocos e raízes, conforme determina a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº1933, de 2013. O material lenhoso será comercializado "in natura". Do volume total de madeira, 87,18 m<sup>3</sup> poderá ser destinado como lenha e 19,00 m<sup>3</sup> como toras.

## 7. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os impactos ambientais gerados pelo empreendimento estarão presentes no momento de sua implantação, como um impacto temporário, e durante toda a operação da atividade industrial.

Na sequência, estão descritos estes impactos, bem como as medidas mitigadoras sugeridas e apresentadas pelo empreendedor, nas respectivas fases de instalação e operação.

### 7.1 Supressão da vegetação, limpeza do terreno e terraplanagem

#### *Etapa: implantação do empreendimento*

As atividades de supressão da vegetação, limpeza do terreno e terraplanagem deverão ser realizadas em consonância, já que são as primeiras atividades para a implantação do empreendimento e são aqui apresentadas em conjunto considerando que os impactos e as medidas mitigadoras são comuns.



O processo de supressão da vegetação será realizado somente nas áreas autorizadas. Os serviços de terraplenagem consistirão na limpeza e destocamento das áreas indicadas no projeto, execução de cortes e aterros, incluindo empréstimos. O material para os aterros será obtido de empréstimo quando for constatada a deficiência do material de corte, sendo a jazida baseada em estudo de material em laboratório.

Os impactos provenientes destas atividades serão aumento de emissão de material particulado, emissão de gases e ruído provenientes de movimentação de maquinários e veículos, carregamento de sedimentos para os cursos d'água, possibilidade de ocorrência de processos erosivos, redução da biodiversidade local ou mudança de habitat, aumento de tráfego de veículos na região.

#### Medidas de controle

Para mitigação dos impactos deverão ser implantadas ações e sinalização adequada para orientação do tráfego e execução das atividades de supressão e terraplenagem durante o dia; as atividades de limpeza e supressão serão coordenadas com o cronograma das obras terraplenagem de modo a evitar a exposição do solo por períodos prolongados, manutenção adequada dos veículos, maquinários e equipamentos utilizados, utilização de EPI's e EPC's, aspersão periódica em caso de geração de particulados.

Todo material lenhoso será estocado em pilhas nas áreas de transbordo para posterior destinação externa em local devidamente licenciado para a recepção e tratamento destes materiais.

As rampas de terraplenagem e os taludes serão protegidos com manta geotêxtil, plantio vegetal ou outra forma encontrada que os proteja da instabilidade.

Haverá um sistema de drenagem provisório que inclui valetas ou canais, com a finalidade de manter as vias e as frentes de serviços livres das águas pluviais durante a execução das obras, até que as redes definitivas estejam concluídas.

As medidas implementadas para controle de erosão e assoreamento deverão ser monitoradas diariamente pela equipe técnica de campo e mensalmente pela equipe gestora do programa. Deve ser aplicada atenção especial aos sistemas após períodos de chuva. As condições de tempo devem ser levadas em consideração, evitando movimentação de solos em períodos chuvosos.

Será realizado projeto de paisagismo no entorno de todo o empreendimento, inclusive durante a fase de implantação, de forma temporária, para minimizar a liberação de poeira e ruídos para a área externa do empreendimento.

## **7.2 Aumento de transito local**

*Etapa: implantação do empreendimento e operação da atividade industrial*

O aumento do trânsito local está previsto como um dos impactos com a instalação do novo empreendimento devido ao desenvolvimento do novo Distrito Industrial do Município de Montes Claros. Está prevista a remodelação da via de acesso e em tramitação junto aos órgãos públicos competentes.

#### Medidas de controle

Deverão ser instaladas sinalizações de trânsito previamente ao início da implantação, assim como realizada atividade de comunicação social a respeito da mudança do transito na região.

## **7.3 Efluentes líquidos**

*Etapa: implantação do empreendimento e operação da atividade industrial*

#### Sanitários

Para a etapa de instalação do empreendimento, haverá geração de efluentes sanitários devido à demanda da contratação de colaboradores para obra. No canteiro de obras, banheiros químicos deverão ser locados e o efluente armazenado nos banheiros deverá ser tratado por responsabilidade da própria empresa que irá locar os banheiros químicos.



Está proposta a implantação de fossa séptica para tratar os efluentes sanitários, durante o período de instalação da empresa. A fossa deverá ser avaliada rotineiramente para verificar indícios de derramamento/transbordamento, e mensalmente será esvaziada, sendo o efluente enviado a empresas devidamente certificadas. Cabe ressaltar que não haverá lançamento destes efluentes, nem em sumidouro e nem no curso d'água. Todo efluente ficará retido na fossa para coleta mensal pela empresa responsável.

Já durante a operação, o efluente sanitário será encaminhado para tratamento no sistema de tratamento proposto para atender também o efluente líquido industrial (ETE).

#### Águas pluviais

Durante as obras será implantado sistema de drenagem de águas pluviais temporário com valetas e canais, para garantir que as frentes de serviços estejam livres. Deverá ser realizada manutenção dos dispositivos de drenagem durante toda a obra para evitar carreamento de sedimentos para o curso d'água, além da implantação de sistema de proteção no ponto de deságue da vala de drenagem, funcionando como filtro ao material particulado carreado.

Durante a operação, por se tratar de uma unidade industrial com extensas áreas impermeáveis, seja pelas vias ou pelas edificações, em períodos chuvosos a precipitação, ganha maior velocidade se comparada a áreas vegetadas o que pode desencadear focos erosivos e carreamento de sedimentos com as águas pluviais para os cursos d'água.

Será implantado sistema de drenagem das águas pluviais, com dissipadores de energia, caixas de recebimento e áreas permeáveis. A drenagem natural segue para três pontos principais, lago efêmero (sudoeste), grotas (centro-norte) e terreno (sudeste).

O projeto de drenagem definitivo (fase de operação) deverá garantir que o lançamento do efluente pluvial nos cursos d'água devem estar livres de materiais sedimentáveis, e impedir a erosão no terreno onde será destinado. Deverá ser implementado ainda monitoramento nas caixas de lançamento final deste efluente, para verificação dos sólidos e garantir a eficiência do sistema proposto.

#### Industriais, Oleosos e Outros

Haverá no canteiro de obras a instalação de lava rodas dos veículos. De acordo com PCA será implantada canaleta com caimento que interligará com o sistema de decantação da obra, sendo priorizado o reuso.

Está prevista a geração de efluentes líquidos com características químicas, tais como solventes, tintas, impermeabilizantes, aditivos e demais substâncias químicas a serem utilizadas na obra. Esses efluentes deverão ficar estocados em área específica com medidas de contenção até coleta por empresa especializada, a qual deverá obrigatoriamente possuir licença para transporte (se for o caso) e tratamento de efluentes. O empreendedor deverá enviar ao órgão ambiental periodicamente relatório referente à geração e destinação dos efluentes.

O efluente industrial será oriundo principalmente da higienização dos tanques após produção/envase, constituído por água, detergente e eventual produto que possa ter ficado impregnado no tanque. Antes da limpeza dos tanques, o residual e material da primeira rinsagem serão coletados em tambor e enviados para tratamento térmico em empresa especializada e licenciada para tal finalidade.

Uma das etapas de grande geração de efluentes industriais é a fabricação de água WFI, ou água purificada, direcionados para fabricação de injetáveis. A cada 100 litros da produção desta água são gerados 40 litros de rejeitos. Todo este rejeito será armazenado no tanque de água abrandada para utilização em outros processos. Nos laboratórios a geração de efluentes se dará em função das análises físico-químicas.

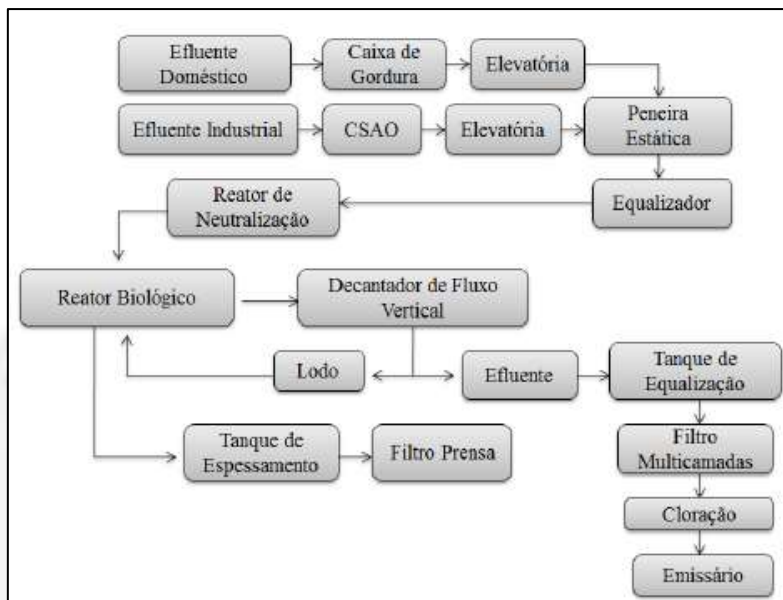
#### ETE – Estação de Tratamento de Efluentes

A ETE foi dimensionada para o recebimento de efluentes industriais e efluentes sanitários, porém serão destinados de maneira separada. Com auxílio de dados de outras unidades industriais similares da Eurofarma, estimou-se uma produção de 17 m<sup>3</sup>/hora de efluente, sendo 14 m<sup>3</sup>/hora de efluente industrial e 3 m<sup>3</sup>/hora de efluente sanitário.



O tratamento será composto por tratamento sanitário, pré-tratamento, tratamento físico e biológico, conforme mostra o fluxo da Figura 10.

**Figura 10 – Fluxograma da Estação de Tratamento de Efluentes**



Fonte: PCA

Os efluentes sanitários serão recolhidos em cada prédio, dos banheiros, vestiários, e encaminhado por tubulação ao tratamento. O efluente do restaurante passará inicialmente por uma caixa de gordura e seguirá por tubulação para a ETE. As duas linhas conduzirão os efluentes a uma estação elevatória já na ETE industrial e por meio de bombas de sucção para a peneira estática, onde será unificado ao efluente industrial.

O efluente industrial é recolhido em cada prédio e unidade fabril, passando inicialmente por uma caixa retentora de óleos e graxas, em seguida enviado para a estação elevatória, e então, será bombeado para a mesma peneira estática juntando aos efluentes sanitários.

A peneira estática possuirá abertura de 1mm que coletará sólidos com tamanho superior a esta abertura. O efluente será encaminhado então para tanque de equalização, responsável pela vazão constante e regular, sendo capaz de armazenar até um dia de efluente gerado na produção. Será equipado com sistema de ar difuso para evitar a sedimentação de lodo, e a geração de odores além de diminuir o consumo energético.

Na sequência, será realizada a etapa de neutralização do pH do efluente em um reator. Os produtos químicos (ácido sulfúrico ou soda cáustica) serão adicionados automaticamente por bombas dosadoras de acordo com o valor do pH e a vazão. O armazenamento dos produtos químicos deverá ser em local com condições específicas de armazenamento, possuindo inclusive medidas de controle ambiental para caso de eventuais transbordos ou vazamentos, sendo eles: piso impermeabilizado, contenção para casos de vazamentos, local arejado.

O efluente clarificado e neutralizado no reator será então enviado para o flotador, com volume de 4,6m<sup>3</sup>, para eliminação das impurezas das águas residuais através da fragmentação da emulsão e da floculação/precipitação das partículas de maior densidade e gordura. O efluente é direcionado para o tratamento biológico composto por saturador de ar, bomba de recirculação do lodo, raspador de lodo flotado e bomba de transferência. Há a previsão de geração de 3m<sup>3</sup> de lodo por hora.

Por gravidade o efluente seguirá para o reator biológico caracterizado por ser um sistema compacto de com um decantador interno integrado. A decomposição aeróbica acontece na parte periférica do tanque, em que ocorre a aspersão de bolhas finas produzidas nos aeradores de ar difuso localizado no fundo do reator. O volume total do reator e de 840 m<sup>3</sup> que comportará tanto o efluente sanitário como o industrial, levando em



consideração suas elevadas cargas orgânicas. A carga orgânica estimada para tratamento é de 285 kg DBO/d, sendo então necessário o insuflamento de 211 kg de O<sub>2</sub>/ dia.

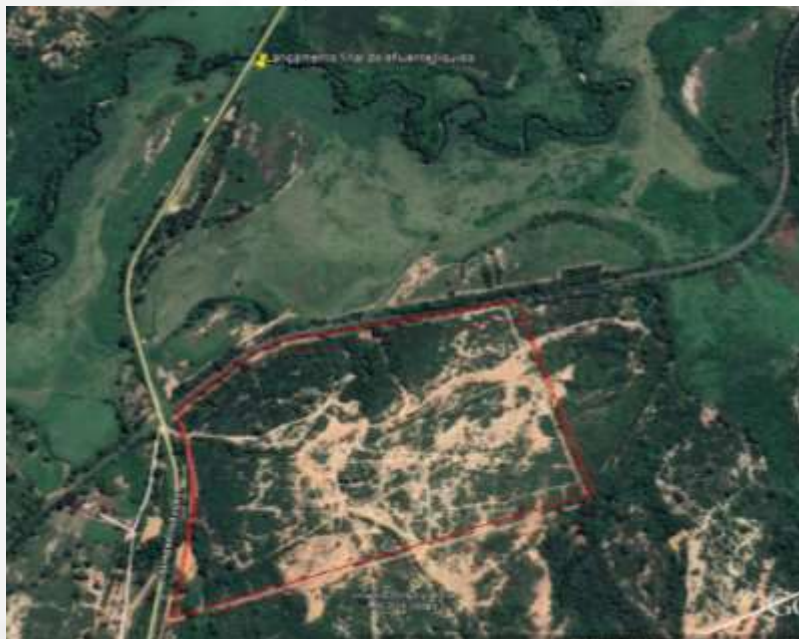
A separação do lodo gerado neste processo ocorre no decantador vertical, sendo que o lodo decanta e o efluente clarificado é recolhido por tubulações na parte superior do tanque. O lodo é reconduzido à parte superior do reator biológico.

O excesso de lodo produzido no reator biológico deverá ser decantado, e então enviado ao tanque de espessamento de lodo, daí para o filtro prensa, onde o lodo será desidratado e encaminhado para destinação final. Cabe ressaltar que será necessária a classificação do lodo conforme ABNT NBR 10.004, e enviado então para empresa regularizada.

O efluente clarificado será enviado ao tanque de equalização com filtro multicamadas, para remoção dos sólidos suspensos. O filtro será limpo por meio do processo de retro-lavagem com efluente filtrado e isento de sólidos.

Finalizando o tratamento dos efluentes haverá dosagem automática de cloro e assim podendo ser lançado no curso d'água Córrego do Vieira, coordenadas UTM, Datum WGS 84, latitude 8.160.643 e longitude 626.533. (Figura 11)

**Figura 11 – Localização do ponto de lançamento de efluente**



Fonte: Google Earth (08/07/2019)

Está prevista ainda, a instalação de sistema de osmose reversa após o sistema de tratamento, isso para potencializar o reuso das águas residuais no interior da empresa. Os excedentes de água de reuso (irrigação de áreas verdes) serão lançados em corpo hídrico superficial (Córrego do Vieira – Classe 2).

No entorno da ETE está prevista a construção de uma cortina verde a fim de não favorecer a dispersão dos gases gerados durante o tratamento.

#### **7.4 Resíduos sólidos**

*Etapa: implantação do empreendimento e operação da atividade industrial*

##### Fase de instalação

A geração de resíduos sólidos foi identificada tanto na fase de instalação do empreendimento como na fase de operação da atividade industrial. Desta forma, os resíduos foram identificados e classificados pelo



empreendedor, de acordo com as normas ABNT NBR 10004, além de apresentar propostas de destinação dos mesmos.

Na fase de instalação do empreendimento, serão gerados resíduos inerentes à construção civil, sendo considerados, resíduos da terraplanagem, entulhos e restos de materiais da obra, ferragens. São classificados pela NRB ABNT Classe I, II e IIA.

#### Medidas de controle

Para mitigação dos impactos da geração de resíduos durante a obra foi proposto o Programa de Gestão de Resíduos de Obra, que visa dar a destinação correta para cada um dos resíduos conforme sua classificação.

Na etapa de terraplanagem, são gerados resíduos como a retirada do solo para nivelamento do terreno. O Aterro Municipal de Montes Claros não está apto para receber dejetos de construção civil. Entretanto no Parágrafo Único do Artigo 22 do Decreto 3.306 da Prefeitura de Montes Claros, informa que solos de escavação poderão ser encaminhados ao Aterro para fins de cobertura, atualmente sendo esta a destinação deste tipo de resíduos no município. Assim, esta é a proposta de destinação final deste resíduo, devendo o empreendedor apresentar documento de recebimento emitido pela Prefeitura.

Os entulhos gerados durante a obra serão previamente armazenados em caçamba e posteriormente encaminhado ao Aterro Municipal, sendo que neste, existe local separado para recepção e posterior encaminhamento deste tipo de resíduo (entulhos de construção civil), que auxilia as construções dentro do município.

Foram considerados resíduos recicláveis (papel, papelão, plásticos, vidros), que serão armazenados temporariamente em coletores identificados, para após serem encaminhados a empresas de reciclagem.

O armazenamento temporário dos resíduos constitui-se de baias, segregadas por tipologias.

#### Fase de operação

Com o advento da atividade serão gerados no empreendimento resíduos industriais, sendo classificados conforme NRB ABNT Classe I, II e IIA. Para tanto foi apresentado programa de gerenciamento de resíduos sólidos.

Esse programa visa o levantamento dos resíduos sólidos desde o início até o final das obras, bem como a avaliação das fontes geradoras, coletores disponíveis, coleta, segregação, local de armazenamento temporário e destinação final conforme sua classificação definida da ABNT NBR 10.004/2004.

Como resíduos recicláveis foram considerados: blisters (embalagens) de metal e plástico sem medicamento, construção civil, papel, plástico, madeira, papelão, vidro.

Resíduos orgânicos: resíduos orgânicos alimentícios. Houve a proposta da criação de projeto, para processo de compostagem destes resíduos (sobra de alimentos).

Resíduos perigosos: embalagens contaminadas (bombonas, barricas ou tambores de produtos químicos), material infectante (resíduo de atendimento à saúde, que possam ter contato com sangue, ou resíduo de produção que tiveram contato com material biológico), resíduos de teste de esterilização, lâmpadas usadas, líquidos e sólidos perigosos (resíduo líquidos e sólidos de produto químico perigoso ou medicamento ou que tiveram contato com estes), óleo lubrificante, tecnológicos (computadores, tvs, celulares, calculadoras), perfuro cortantes, pilhas e baterias, reagentes controlados, sólido perigoso aerossol.

Resíduos não recicláveis: domésticos, cigarros, resíduos com a logomarca da empresa.

Os recipientes para recolhimento dos resíduos serão de material lavável, resistentes à punctura, ruptura e vazamentos, com tampas identificadas. As embalagens de acondicionamento devem ser resistentes para o transporte destes, desde a área de geração até à central de resíduos. Toda identificação dos resíduos seguirá coloração padrão estabelecida pela Resolução CONAMA 275.

Cada unidade de produção, será responsável pela segregação, coleta e transporte dos resíduos até o armazenamento temporário.





Será contemplado no projeto da empresa um local para armazenamento dos resíduos sólidos, chamado Central de Resíduos Sólidos, tendo sido apresentado inclusive o lay out executivo da área. Seguirá os padrões de sinalização da CONAMA 275, proteção contra intempéries, pisos adequados, ventilação, coleta de água.

Cada tipo de resíduo possuirá uma forma de acondicionamento, descritos na Tabela 2:

**Tabela 2 – Armazenamento temporário de resíduos**

Resíduo	Armazenamento
<b>Papelão</b>	Caçamba compactadora em área aberta
<b>Plástico e vidros</b>	Caçambas convencionais com sistema de drenagem, não demandam de locais com cobertura para proteção contra intemperes ( mesmo tendo sistema, a água pode se acumular nos recipientes favorecendo desenvolvimento de vetores.
<b>Resíduos perigosos</b>	O local deverá ser construído em alvenaria estrutural, cobertura, ventilação e iluminação natural, piso impermeável, sistema de drenagem conduzindo a bacia de contenção, controle de acesso de pessoas (portão), placas de identificação, bem como presença de kits ambientais. Em área anexa a este setor, deverá ser criada área com as mesmas características para armazenamento dos produtos considerados pelo setor de garantia de qualidade como fora de especificação. Será construída duas áreas de armazenamento temporário produtos fora de especificação, uma para líquidos e outra para sólidos. Cabe ressaltar que a descaracterização e destruição dos produtos fora de especificação serão realizados por empresa terceirizada, fora dos limites da empresa.
<b>Resíduos orgânicos</b>	containers fechados e com dispositivos para conter vazamento do material lixiviado, bem como proteção contra intemperes e possibilidade de criação para propagação de vetores

Fonte: PCA

Após coleta seletiva e armazenamento temporário na área de resíduos, o material será enviado periodicamente para seus fornecedores para destinação final ambientalmente correta, conforme demanda interna da unidade.

Para validação de fornecedor, obrigatoriamente, a empresa deve ser munida de licença ambiental e apresentar condições ambientais adequadas para tratamento ou reciclagem dos resíduos. Além da licença ambiental de operação, os fornecedores necessitam de licença ambiental específica para o transporte de resíduos classe I, quando aplicável.

Para os resíduos perigosos, está proposta a destinação final para coprocessamento, devendo a empresa verificar e apresentar empresa licenciada para este fim. Há também a intenção de incinerar parte dos resíduos perigosos.

## 7.5 Emissões atmosféricas

### *Etapa: implantação do empreendimento e operação da atividade industrial*

Durante as obras, a movimentação de máquinas e equipamentos pesados (caminhões, máquinas, tratores), especialmente sobre o solo desagregado, provoca um aumento no nível de material particulado (poeira) e de gases de escapamento de veículos no ar. Esse aumento resulta em piora a qualidade do ar local causando efeito direto sobre o meio físico.

Durante operação da atividade industrial estão previstas emissões provenientes do sistema de geração de calor, no caso, caldeira com capacidade de gerar 10 toneladas de vapor por hora. A proposta para o combustível a ser utilizado é a lenha, sendo que o principal poluente são os materiais particulados, como mostra Tabela 3.

**Tabela 3 – Característica das emissões**

Material Gerado		
<b>Máximo teor de NOx</b>	400	mg/Nm <sup>3</sup>
<b>Máximo teor de SOx</b>	250	mg/Nm <sup>3</sup>





<b>Máximo teor de sólidos não queimados</b>	1,0	%
<b>Máximo teor de CO</b>	3200	mg/Nm <sup>3</sup>

Fonte: PCA

### Medidas de controle

Durante as obras, as vias deverão ser umidificadas com aspersões periódicas para atenuar as emissões de poeira. O transporte de terra, rochas e outros materiais deverão ser feitos em caminhões cobertos para se evitar desprendimento de particulados para a atmosfera. Deverá ser realizada a manutenção preventiva de máquinas e equipamentos, bem como treinamento de operadores para reduzir ao máximo a geração de gases pela queima de combustível.

Durante a operação do empreendimento, visando atender os parâmetros de lançamento das emissões atmosféricas das caldeiras, a empresa propõe a instalação de dois filtros em série, sendo um multiciclone e nanociclone para retenção dos particulados. Ainda com a implantação dos sistemas de controle, para que o mesmo seja eficiente, ressalta-se a realização da manutenção da caldeira e dos filtros.

## 7.6 Ruídos

### *Etapas: implantação do empreendimento e operação da atividade industrial*

O ruído é gerado na fase de implantação em decorrência do trânsito de veículos, operação dos equipamentos e máquinas. Para a operação da unidade industrial, além do trânsito de veículos, os diversos setores e seus respectivos equipamentos são responsáveis pela emissão e propagação de ruídos.

Apesar da previsão da geração de ruído em alguns pontos, todos ficarão restritos ao local de geração, não expondo o meio ambiente externo, já que o ruído diminui com o incremento da distância da fonte emissora.

### Medidas de controle

Como proposta de mitigação o empreendedor apresentou a alternativa de realizar periodicamente a manutenção e correta utilização de suas máquinas e equipamentos. Os colaboradores que desenvolvem atividades nos locais deverão fazer uso de equipamento de proteção individual. Por se tratar de um empreendimento localizado fora da área de ocupação urbana, as propriedades que fazem divisa com o empreendimento não sofrerão impactos significativos.

Deverão ser monitorados, de forma preventiva, pontos no entorno do empreendimento próximos a possíveis receptores, para verificação do nível de ruído durante as obras. No caso de algum dos pontos ultrapassar o valor aceitável deverá ser proposta alguma medida de mitigação do ponto gerador. Para a operação a medição deverá ser realizada periodicamente.

Ainda está proposta a implantação de cortina arbórea circundando o empreendimento, para minimização da propagação dos ruídos.

## 7.7 Impactos no solo e curso d'água

### *Etapas: implantação do empreendimento e operação*

A alteração do solo está relacionada às alterações no relevo originadas pela conformação do terreno (terraplanagem), que promove impactos indiretos relacionados à flora, fauna, estabilidade de solos/rochas e alteração na rede de drenagem local.

As atividades de terraplanagem e movimentação do solo favorecem o desprendimento de sedimentos, resultando no carreamento de partículas sólidas para o leito dos rios, podendo potencializar o processo de assoreamento.



A exposição ao intemperismo pode gerar fenômenos como: desagregação do solo e rocha, escoamento de material e sulcos erosivos, podendo ocasionar impacto também sobre os recursos hídricos da região como já referenciado. Taludes poderão se apresentar instáveis e movimentos de massa e blocos podem ocorrer.

Durante o processo de implantação do empreendimento, torna-se de fundamental importância o constante monitoramento e adoção de medidas para evitar o carreamento de sólidos ou qualquer tipo de contaminante para essas linhas de drenagem, haja vista que as atividades desenvolvidas podem resultar em alterações da qualidade e quantidade das águas superficiais da bacia hidrográfica local e regional. Devem-se projetar medidas de controle além das fronteiras do empreendimento. Tais impactos inter-relacionam águas superficiais e subterrâneas.

O aumento do escoamento superficial e, conseqüentemente, a possibilidade da formação de focos erosivos, devem ser mitigados por meio de sistema de drenagem competente à carga prevista de geração do terreno, tal como caixas de acumulação temporária e sistemas para dissipação de energia.

Quando da supressão vegetal, há possibilidade de deslocamento da fauna, havendo necessidade de acompanhamento ou relocação em outros ambientes.

“Caso seja necessária intervenção nas áreas próximas as grotas, já determinadas em projeto para manutenção, deverá de imediato ser desenvolvido Projeto Técnico de Recuperação de Flora – PTRF para a área. Antes da intervenção, o órgão ambiental competente deverá ser avisado previamente para avaliação.” PCA, versão 2.

## **7.8 Impactos sobre o meio biótico**

Os principais impactos são relacionados à geração de emissões, ruídos e efluentes. A área de instalação do empreendimento trata-se de uma área urbana, com vizinhanças de pastagens degradadas, o que leva a considerar que o impacto no meio biótico na fase de instalação é baixo.

Entretanto, caso os impactos citados não sejam mitigados e atendam os padrões estipulados pelas regulamentações vigentes, estes impactos podem acontecer, como contaminação do solo por disposição inadequada de resíduos, contaminação do curso d'água devido ao lançamento inadequado de efluentes, ocasionando descontrole e comprometimento da ictiofauna, que conforme discutido, é de baixa frequência e diversidade, tendo em vista as características já existentes. As emissões atmosféricas também podem comprometer e gerar o afugentamento da avifauna. Ainda a geração de ruído não controlado pode resultar em atordoamento e afugentamento da biota local.

Tais impactos têm controle e mitigação já previstos e discutidos neste parecer, e o acompanhamento efetivo do PCA deve ser garantia para seu correto desenvolvimento e execução.

## **7.9 Aumento da expectativa da população local quanto a vinda do empreendimento**

A existência do empreendimento na cidade é considerada de grande importância para a economia local tendo em vista que é responsável pela geração de empregos para a população de diversos pontos da cidade e para diversos níveis de escolaridade, sendo de ensino fundamental até níveis de graduação com especialização. Já no início das obras é prevista uma grande expectativa pela população, devido à possibilidade da geração de emprego e de movimentação do comércio local, principalmente relacionado à construção civil.

### Medidas de controle

Antes do início das obras, a empresa deverá iniciar um plano de comunicação social sobre o processo de instalação da mesma, com o intuito de minimizar a ansiedade da população. Além disso, a empresa deverá priorizar a contratação do máximo de moradores da cidade de Montes Claros, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico local e regional. Deverão ser criados canais de comunicação entre o empreendedor e sociedade local, de modo que todas as ações previstas nas diferentes etapas do empreendimento sejam transparentes e de conhecimento da população.

O aumento do tráfego de veículos em função das obras poderá interferir nas áreas urbanas e rurais nas proximidades do empreendimento. Caso ocorra, deverão ser providenciados redutores de velocidades e



sinalização adequada. Há planejamento do horário de transporte de pessoal, materiais e equipamentos, evitando-se os horários de pico e noturnos, de forma a não perturbar o sossego das comunidades próximas. A prestação de informações às comunidades a serem afetadas pelo tráfego provenientes das obras deverá ser feita por meio de Programa de Comunicação Social que deverá ser mais detalhado conforme condicionante.

A movimentação de máquinas, equipamentos, veículos e pessoal, por resultarem na emissão de material particulado em suspensão e aumento de pressão sonora, requer atenção ao longo de toda a etapa de implantação do empreendimento.

#### 7.10 Impactos positivos

Apesar dos impactos ambientais negativos descritos neste parecer, juntamente com as medidas mitigadoras propostas pelo empreendedor, a instalação da unidade fabril também poderá ser responsável por impactos positivos significativos no que tange à economia da sociedade local, como exemplificado pelo PCA.

Pode-se considerar a geração de empregos, utilizando preferencialmente mão de obra local. Também fomenta a geração de renda, tendo em vista a utilização do comércio local.

Pretende implementar programas de inclusão social, o que benéfica na qualidade de vida da população, melhoria na segurança e redução da violência.

Com os colaboradores e funcionários da empresa, prevê a melhoria da qualidade de vida, implantando programa de capacitação além de oferecer alimentação de qualidade.

#### 7.11 Projeto Socioeconômico

Deverá ser realizado o aprimoramento do diagnóstico da localidade, reunir possíveis parceiros, oficializar as parcerias, identificar atores locais disponíveis, identificar necessidade de atuação, construir projeto piloto de Educação Ambiental na AID, desenvolver laços com escolas, creches, comunidades e demais entidades existentes na AID do empreendimento.

Para capacitação da mão de obra para a fase de operação, pretende-se mapear os órgãos de capacitação local, negociar programa de capacitação entre Eurofarma e Secretaria do Estado de Trabalho e Emprego de Minas Gerais. Reunir com Senai, Escola Técnica de Montes Claros e Universidades Locais, definir programa de capacitação técnica para operadores de produção, revisar e implementar ações de capacitação internas da empresa, como: Programa de formação de Operador Líder, programa de Formação de Supervisores. Aprovar e implementar ações e programas de formação por módulos, de acordo com a necessidade da empresa.

### 8. PROGRAMAS

#### 8.1 Plano de Monitoramento Ambiental do Canteiro de Obras

O Plano tem como objetivo geral minimizar os impactos ambientais gerados pelo canteiro de obra, na fase de instalação do empreendimento, desta forma engloba todos os impactos ambientais gerados nessa fase, e suas medidas mitigadoras.

Foram previstos pelo empreendedor os seguintes impactos: Aumento do trânsito local; supressão da vegetação; possibilidade de ocorrência de processos erosivos; possibilidade de geração de passivos ambientais pela movimentação de solo; aumento do nível de ruído; aumento da expectativa da população local quanto à vinda do empreendimento; geração de efluentes sanitários, alteração da qualidade do ar; geração de resíduos.

##### Aumento de trânsito local

Para minimizar os impactos do aumento do trânsito local, foi previsto a instalação de sinalizações de trânsito para a comunicação visual aos usuários. As medidas priorizam a manutenção do acesso e segurança



para veículos, pedestres e a fauna local; atividades de movimentação de veículos para atendimento a instalação do empreendimento serão priorizadas para operação em período diurno.

Desta forma o empreendedor deverá apresentar cronograma detalhado de implantação das sinalizações de alerta para o trânsito local, visando minimizar acidentes em decorrência do aumento do fluxo de veículos, bem como após sua instalação, apresentar relatório comprobatório da implementação desta ação, conforme determina na condicionante de LP e LI.

#### Supressão da vegetação

Foi previsto que a supressão da vegetação ocorrerá apenas nas áreas necessárias para instalação do empreendimento, em cumprimento à APEF emitida ao empreendedor, por meio do processo 3918/2018. A revegetação ocorrerá considerando áreas adjacentes à rodovia principalmente em locais suscetíveis a processos erosivos.

Caso seja necessária intervenção nas áreas próximas às grotas, já determinadas em projeto para manutenção, deverá de imediato ser desenvolvido Projeto Técnico de Recuperação de Flora – PTRF para a área. Antes da intervenção, o órgão ambiental competente deverá ser avisado previamente para avaliação. No processo de supressão será priorizada a possibilidade e acompanhamento para o deslocamento natural de fauna ou realocação a partir de ambientes atualmente estabilizados e colonizados.

#### Ocorrência de Processos Erosivos

O programa tem o objetivo de evitar ocorrência de erosões pela movimentação do solo, após a supressão da vegetação. Para tanto, foi proposto limitar o desmatamento apenas ao necessário às operações de construção e tráfego, além de adotar medidas e técnicas de estabilização das áreas de solo exposto.

Propõe o acompanhamento através de fiscalizações, monitoramento diário sob responsabilidade da área de Engenharia da Eurofarma. Pretende evitar a movimentação de solo em períodos chuvosos, e na ocasião de ser diagnosticado o desencadeamento de processos erosivos, esses devem ser interrompidos o mais rápido possível, evitando maiores danos. Diante da possibilidade de paralisação das obras, deverão ser adotadas medidas de controle provisório e ações preventivas para as áreas propensas a processos erosivos e/ou de desestabilização decorrente da implantação da pavimentação.

#### Geração de passivos ambientais pela movimentação do solo

Está previsto o monitoramento contínuo das áreas de construção das fundações, a fim de garantir a contínua eficiência de contenção de sedimentos, deverá ser realizado. Procedimentos construtivos deverão adotar medidas de proteção das áreas com solos expostos e de contenção de sedimentos.

As ações recomendadas pela empresa de consultoria à empresa são: implantação de desvio e controle de escoamento superficial, dispositivos de amortecimento hidráulico e retenção de sedimentos, forração preventiva com plástico sobre o material escavado de áreas expostas; Estocagem em separado da camada fértil do solo para utilização na recuperação de áreas degradadas devendo ser aplicada como medidas para recomposição vegetal após o término das instalações; Restringir as remoções de solo em áreas de implantação dos projetos; Estar em sincronia com cronograma de implantação das obras, para que não haja aberturas de frentes de trabalho sem definição clara do início e do fim da obra.

#### Aumento do nível de ruído

Este plano tem o objetivo de minimizar o impacto da geração de ruídos. Para tanto, foram propostas ações, como planejamento para o desenvolvimento das obras em período diurno, manutenção mecânica preventiva e corretiva dos equipamentos, britagem e outros no sentido de que não sejam emitidos níveis de ruído além daqueles previstos para cada equipamento.

Assim, o empreendedor deverá cumprir o programa de manutenção de seus equipamentos, conforme programa a ser apresentado como condicionante desta Licença.



### Geração de Efluentes Sanitários

Durante a instalação do empreendimento, está prevista a instalação de banheiros provisórios com chuveiros disponibilizados. Para mitigar a geração dos efluentes sanitários, foi proposto a implantação de fossa séptica. A limpeza da fossa séptica ocorrerá mensalmente, sendo o residual encaminhado para empresa devidamente homologada pelos órgãos ambientais; os certificados de destinação final estarão sob registro interno junto ao responsável pelos assuntos ambientais do empreendimento. Deverá ser avaliado periodicamente indícios de mau uso ou mau funcionamento do sistema e sua limpeza, conforme gerenciamento de efluentes líquidos sanitários e resíduos.

Assim deverá o empreendedor apresentar contrato com a empresa receptora deste efluente, bem como as notas fiscais comprobatórias dos envios.

Também deverá apresentar dados técnicos do sistema de tratamento, número de contribuintes e volume da fossa.

### Alterações na qualidade do ar

Para mitigação do impacto da emissão de particulados, foi proposto o monitoramento das condições das vias internas e de acesso para avaliação da demanda de aspersões periódicas. Pretende-se cobrir todas as cargas como terra, rocha e demais materiais pulverulentos dos caminhões transportadores. Já para minimização dos poluentes da queima de combustível das máquinas propõe a manutenção preventiva destas máquinas e equipamentos, treinamento de operadores e medição de emissão de fumaça preta, na portaria de entrada dos veículos.

Assim deverá o empreendedor apresentar o cronograma de aspersão, bem como os relatórios comprobatórios das medidas adotadas.

### Geração de Resíduos Sólidos

Esse programa visa o levantamento de todos os resíduos sólidos desde o início até o final das obras, bem como a avaliação das fontes geradoras, coletores disponíveis, coleta, segregação, local de armazenamento temporário e destinação final conforme sua classificação definida da ABNT NBR 10.004/2004.

Para tanto o empreendedor apresentou o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) em seus estudos. Com ações propostas de segregação, armazenamento temporário, e destinação final. Foram previstas a geração dos seguintes resíduos:

- Orgânico – Armazenamento temporário em lixeiras, destinados ao aterro ou Compostagem
- Solo (Classe A) – armazenamento em caçamba bota fora, utilização interna (própria obra)
- Entulho Limpo (classe A) – Armazenamento temporário em caçamba, destinado a aterro ou reciclagem
- Isopor (Classe B) – Armazenamento temporário em lixeira seletiva, destinado à reciclagem
- Madeira (Classe B) – Armazenamento em caçamba, destinado para utilização como biomassa
- Papel (Classe B) – armazenamento temporário em caçamba, destinado à reciclagem, revenda
- Papelão (Classe B) – armazenamento em caçamba, destinado para reciclagem
- Sucata Metálica (Classe B) – Armazenado em caçamba, destinado para reciclagem
- Vidro (Classe B) – armazenado em caçamba, destinado para reciclagem

Desta forma, o empreendedor deverá colocar em prática o PGRS e apresentar semestralmente planilha contendo as destinações, volumes, classificações dos resíduos gerados. Juntamente, deverão ser apresentados documentos comprobatório das empresas receptoras.



## 8.2 Programa de comunicação social

Esse programa tem o objetivo da criação de comunicação contínua e transparente entre o empreendedor e a sociedade, especialmente a população afetada diretamente pelo empreendimento e os trabalhadores envolvidos nas obras, de forma a motivar e possibilitar sua participação ao longo da fase de obras do empreendimento, além de capacitá-los para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.

Possui como meta atingir a população residente nas proximidades, como bairro Jaraguá e Novo Jaraguá, e demais chacreamentos locais.

O programa comporta o detalhamento dos conjuntos temáticos: Informações sobre o projeto, que disponibiliza ao público informações sobre a empresa e as informações sobre os aspectos ambientais, principalmente aqueles ligados à comunidade local, suas medidas mitigadoras e ações previstas nos programas ambientais.

Este conjunto de levar informações ambientais, compreendem os trabalhos de preparação de material com informações necessárias para apresentação e entendimento do público-alvo, criação de núcleo de divulgação e ouvidoria para atender o público externo, realização de contatos com a comunidade envolvida e lideranças para agendamento de cronograma de reuniões no município.

O Quadro 1 ilustra as ações a serem desenvolvidas, apresentadas pelo empreendedor no PCA.

**Quadro 1 – Ações do programa de comunicação**

AÇÕES ATIVIDADES	OBJETOS	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO
Elaboração de instrumentos de comunicação	Elaborar material de comunicação para subsidiar as ações do programa	Folhetos, cartazes, e-mail, palestras ou qualquer ação/veículo que atenda às necessidades e dê clareza a todos os envolvidos
Organizar campanha de divulgação do empreendimento	Divulgar a importância regional e local e os benefícios associados.	Folhetos e cartazes divulgados e site oficial da Eurofarma. Ações de Assessoria de Imprensa para comunicar o projeto
Reuniões de apresentação do projeto para o poder público	Fornecer informações sobre o empreendimento, impactos e programas ambientais. Estabelecer parcerias para a realização de ações conjuntas	Cartas convite, vídeos, palestras folhetos e cartazes.
Reuniões de apresentação do projeto para os trabalhadores da obra.	Fornecer informações sobre o empreendimento, impactos e programas ambientais. Divulgar o código de conduta dos trabalhadores. Divulgar as formas de comunicação para encaminhar queixas e sugestões responder a dúvidas e demandas.	Mural, cartas-convite, vídeos, palestras folhetos e cartazes.
Campanha de divulgação sobre o início das obras.	Divulgar o início das obras e medidas cabíveis de segurança a serem adotadas.	Folhetos e cartazes divulgados e site oficial da Eurofarma. Ações de Assessoria de Imprensa para comunicar o projeto

Visando dar transparência às ações desenvolvidas pela empresa, para fortalecimento do programa de comunicação social, é condicionante deste parecer a criação de uma central de relacionamentos com as comunidades. A central de relacionamento tem como finalidade ouvir sugestões, reclamações e sanar dúvidas entre os públicos envolvidos.

## 8.3 Plano de Controle de Emergência

Este plano tem o objetivo de prever os possíveis cenários de ocorrência de incidente ambiental, bem como plano de ação para mitigação/controle em caso de ocorrência.

A empresa possuirá ramal de emergência para que ao identificar qualquer situação de sinistro ou emergência, nas dependências da empresa, qualquer funcionário ou prestador de serviço possa acionar o sistema de alarme, ligar para a portaria e comunicar através deste ramal o sinistro ou situação de emergência/risco iminente.



A Brigada de Emergência é acionada através das sirenes e encaminhada para o ponto de encontro, e será responsável pelos primeiros atendimentos até a chegada de agentes externos, como Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Prefeitura Municipal, SAMU e outros.

Periodicamente os membros da brigada passarão por um treinamento de procedimentos básicos em caso de incêndio, pontos de encontro da brigada e primeiros socorros a acidentes com colaboradores.

#### **8.4 Plano de Capacitação e Treinamento para Funcionários**

A capacitação dos colaboradores funcionará de forma permanente, com planejamento prévio das necessidades específicas e gerais. Entretanto, as questões de segurança e preservação ambiental serão inseridas em todos os assuntos abordados que forma a consolidar esse comportamento em todos os trabalhadores, independente do setor de atuação.

#### **8.5 Arborização/Cortina Verde**

Será implantada uma cortina verde em todo o perímetro do empreendimento, além de pontos em seu interior no entorno dos blocos, vias e áreas de convivência.

O plantio de árvores promove inúmeros ganhos ecológicos como: aumento da biodiversidade local, redução da poluição do ar, aumento da absorção das águas de chuva, sombreamento e estabilização da temperatura, redução da propagação de ruídos e de gases, além da melhoria na paisagem local.

#### **8.6 Programa de Monitoramento dos Efluentes e Curso d'água (receptor)**

O objetivo deste programa é garantir que o lançamento final dos efluente gerados durante a operação, esteja dentro dos padrões estabelecidos pela legislação vigente, tanto na saída dos efluentes, como mantendo os padrões do corpo receptor, sem alterar a classe deste.

Após a construção da Estação de Tratamento de Efluentes, todos os efluentes líquidos serão direcionados para tratamento interno pela Eurofarma através de processo físico-químico e biológico com sistema final que possibilite a reutilização plena do efluente tratado para atividades internas de fins não potáveis.

Já na fase de operação, com o lançamento dos efluentes industriais e sanitários, foi considerado o tratamento em conjunto de ambos na ETE industrial, com posterior lançamento no córrego Vieira.

O monitoramento do efluente na entrada e saída da ETE deverá ser realizado periodicamente por laboratório acreditado junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), para avaliação da eficiência do sistema. Para tanto o empreendedor deverá implantar medidores de vazão na entrada e saída da ETE.

O empreendedor deverá encaminhar ao órgão ambiental as análises dos efluentes, com avaliação dos parâmetros e eficiência de remoção da DBO e DQO na entrada e saída da ETE. Esta análise deve ser realizada quinzenalmente e o envio deve ser mensal. O Córrego Vieira também deverá ser monitorado à montante e à jusante do ponto de lançamento, levando em conta os parâmetros e frequências estabelecidas pelo órgão ambiental na ocasião da concessão da Licença de Operação.

#### **8.7 Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos**

Este programa prevê a realização da correta separação, identificação, armazenamento temporário e destinação adequada dos resíduos gerados no empreendimento, tanto na fase de instalação como na fase de operação da atividade industrial.

Foram identificados durante a operação a geração de resíduos apresentadas as responsabilidades de cada setor da unidade, juntamente com as atividades a serem desenvolvida por cada um destes setores tendo





em vista o tipo de resíduo gerado, acondicionamento, transporte adequado, afim de manter a integridade dos recipientes coletores evitando assim derramamento e interação com outras seções.

A previsão de geração é de resíduos perigosos, recicláveis e não recicláveis, a saber:

- Perigosos: resíduos contaminados como embalagens, material infectante, resíduos de esterilização, líquidos perigosos, óleos lubrificantes e materiais contaminados com estes, resíduos tecnológicos, perfurocortantes, pilhas e baterias, reagentes controlados;
- Recicláveis: Blisters sem medicamento, resíduos de construção civil, pape e etiquetas adesivas, papel, plástico, papelão, madeira, metal, vidro. Foram considerados os resíduos que não tiveram contato com medicamento, porém possuem a logo marca da Eurofarma;
- Não recicláveis: resíduos de cigarro, etiquetas, produtos de devolução do mercado.

Como premissas da gestão destes resíduos, pretende-se instalar coletores identificados, com sacos plásticos e colorações diferenciadas. Assim como as caçambas que receberão os resíduos das unidades.

Durante a instalação do empreendimento, pretende-se adotar uma central de resíduos, segundo padrões como sinalização de acordo com a Resolução CONAMA 275, proteção contra intempéries, boas ventilação, piso impermeabilizado, isolada de outras áreas. O local estará dotado de canaletas e o envio de água pluvial não será via galeria pluvial. O local deverá possuir kits de emergência para casos de acidente e ser monitorado periodicamente.

Estas ações serão mantidas na fase de operação do empreendimento, acrescidas de etapas adicionais tais como a identificação dos resíduos ou conjunto destes por meio de etiquetas para acompanhamento e rastreabilidade, mitigando riscos internos.

Foram destacadas algumas atividades que geram resíduos específicos que necessitam de procedimentos diferenciados em sua gestão, sendo elas destruição fiscal: produtos acabados, semiacabados e matérias primas impróprias para consumo, amostras do retém, descarte de reagente controlados, resíduos de engenharia e manutenção, ativo imobilizado ou não imobilizado, destruição interna de produto acabado impróprio para consumo.

Todo o programa de gerenciamento dos resíduos deverá ser realizado pelo empreendimento da forma considerada pelo PCA, e como automonitoramento o empreendedor deverá encaminhar ao órgão ambiental o relatório de resíduos, contendo sua origem, quantidade, classificação armazenamento temporário e destinação final para empresas devidamente homologadas, como determina o Anexo II deste parecer.

### **8.8 Programa de Gerenciamento de emissões atmosféricas**

Na fase de operação do empreendimento, está prevista a instalação de uma caldeira com capacidade de geração de vapor de 10 ton/h, utilizando lenha como combustível.

Para controle das emissões, o empreendedor propõe a instalação de dois filtros em série sendo um multiciclone e nanociclone para retenção do particulado. O monitoramento das emissões deverá ser realizado na saída da chaminé, entretanto, este monitoramento só será possível após início da operação do empreendimento. Assim, no momento da Licença de Operação do empreendimento fara parte das condicionantes dos automonitoramentos a serem encaminhado ao órgão ambiental.

### **8.9 Programa de gerenciamento de ruídos**

O ruído ambiental está previsto na etapa de operação industrial, entretanto, pode ser considerado de baixo impacto considerando o atendimento aos limites estabelecidos pela legislação vigente. Porém, durante a fase de instalação do empreendimento, esse tipo de aspecto ambiental é passível de ocorrência de forma pontual, tendo como principal fonte geradora atividades diversas civis relacionadas as atividades de fundação, escavação, movimentação de terras e construção civil para a implementação plena do projeto estabelecido.



O empreendimento está inserido em área classificada como industrial sem ocupação ao seu entorno, não havendo riscos de impactar as propriedades limítrofes, de forma preventiva prevê monitoramento periódico referente ao índice de pressão sonora nas áreas ao entorno.

Os pontos de monitoramento serão locados no limite do terreno do empreendimento. A referida medição deverá ocorrer na frequência estipulada pelo órgão ambiental, na ocasião da concessão da licença de operação.

## 8.10 Programas Sociais

### Programa de Mãos Dadas com a Escola

O projeto agrega incentivo à reciclagem e auxílio educacional para beneficiar colaboradores e prestadores de serviços com filhos cursando o Ensino Fundamental. O projeto transfere os recursos obtidos com a venda de materiais reciclados coletados pela Eurofarma para a compra de material escolar, além de reembolsar os colaboradores pelos valores gastos com livros e apostilas. Os kits escolares vêm sendo aprimorados ano a ano, tornando-se cada vez mais adequados a todas as faixas etárias. A execução do programa envolve as áreas de Responsabilidade Social Corporativa e Gestão Ambiental.

### McDia Feliz

Há 15 anos, a companhia é uma parceira ativa do Instituto Ronald McDonald e do GRAACC (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer) no apoio ao evento anual McDia Feliz. Entre outros benefícios, a contribuição da Eurofarma por meio da aquisição de tíquetes de lanches já possibilitou a construção de alas para atendimento das crianças com câncer. Os tíquetes são distribuídos para os filhos de colaboradores (com cargos abaixo de gestão), prestadores de serviços e para crianças de 48 escolas públicas parceiras do Instituto Eurofarma.

## 8.11 Ações para o Público Externo

### Campanha do Agasalho:

Arrecadações de meias e cobertores que são destinadas às organizações sociais que realizam trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade social, no período de junho/julho.

### Medicamentos

Com o pagamento integral de impostos, a Eurofarma doa medicamentos com prazo de validade igual ou inferior a 120 dias, destinados a organizações não governamentais e entidades de saúde que atuem com populações de baixa renda. Corrente do Bem: A empresa oferece apoio financeiro para ONGs e instituições filantrópicas indicadas pelos colaboradores e que contribuam para transformação social.

### Natal Solidário

Campanha Natal Solidário – Colaboradores se reúnem para proporcionar um natal mais feliz para crianças de instituições que atuam com público carente por meio da entrega de brinquedos e roupas.

## 9. RESERVA LEGAL E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

A propriedade onde o empreendimento será implantado possui uma área total de 25 ha. Como o imóvel encontra-se localizado no Distrito Industrial de Montes Claros/MG, não constitui área de reserva legal por se tratar de propriedade em perímetro urbano.

Na porção sudoeste da propriedade existe um lago. De acordo com os estudos apresentados a formação do lago se deu devido à disposição de manilhas de drenagem fora da cota adequada sob a Rodovia Estrada da Produção. O lago está localizado em um curso d'água efêmero. Não haverá intervenção ambiental no lago



e o mesmo não possui área de preservação permanente, nos termos do Art. 9º, inciso I da Lei Estadual 20.922, de 2013.

No interior da ADA, próximo ao limite Norte da mesma é observado a presença de duas grotas secas. As grotas recebem a drenagem de parte da ADA e desaguam na várzea formada à jusante da área do empreendimento. Ressalta-se que o entorno das grotas será alvo de plantios compensatórios. Não haverá intervenção em área de preservação permanente.

## 10. COMPENSAÇÃO

### 10.1 Compensação por supressão de indivíduos arbóreos isolados – Deliberação Normativa COPAM nº 114/2008 e legislações específicas.

Para compensação pela supressão de 100 indivíduos arbóreos isolados (Árvores maduras que apresentam mais de 5 metros altura), o empreendedor apresentou proposta de compensação de acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 114, de 2008, que prevê o plantio na proporção de 25:1 para supressão de indivíduos arbóreos nativos isolados. Portanto, serão plantadas 2500 mudas.

De acordo com o Art. 6º, § 1º da Deliberação Normativa COPAM nº. 114, de 2008, “a reposição mediante o plantio de mudas deverá ser realizada nas Áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal ou em corredores de vegetação para estabelecer conectividade a outro fragmento, priorizando-se a recuperação de áreas ao redor de nascentes, as faixas ciliares, próximo à reserva legal e a interligação de fragmentos remanescentes, na propriedade em questão...”

Portanto, o plantio das mudas será realizado na mesma propriedade do empreendimento, em duas áreas localizadas na porção norte da propriedade totalizando 3,29 ha, no entorno das grotas secas.

Durante vistoria realizada na área do empreendimento verificou-se que o local proposto para execução da medida compensatória encontra-se antropizado, com a presença de alguns fragmentos de vegetação nativa, indivíduos florestais adultos isolados, indivíduos regenerantes/ingressantes e porções com solo exposto.

A Proposta de compensação, contém as ações a serem desenvolvidas no âmbito do plantio das mudas, bem como o cronograma executivo. O local encontra-se apto a ser recuperado pela metodologia proposta. O empreendedor deverá implantar a medida compensatória prevista, com apresentação de relatórios de acompanhamento anual.

**Figura 12- Delimitação das áreas de compensação florestal**



Fonte: Estudos apresentados



## 10.2 **Compensação por supressão de indivíduos de espécie declarada de preservação permanente e imune de corte - Lei nº 20.308/2012**

Na área requerida para intervenção ambiental foram identificados 25 indivíduos do gênero *Tabebuia* (5 indivíduos de *Tabebuia aurea*, 17 indivíduos de *Tabebuia ochracea/Handroanthus ochraceus*, 2 indivíduos de *Handroanthus serratifolius* e 1 indivíduo de *Tabebuia roseo-alba*).

Como compensação pela supressão dos 25 indivíduos florestais imunes de corte, foi proposto o plantio de 05 mudas nativas para cada indivíduo a ser suprimido, totalizando 125 mudas, a serem inseridas numa área de 2.180 m<sup>2</sup>. O plantio das mudas será realizado na mesma propriedade do empreendimento.

Durante vistoria realizada na área do empreendimento verificou-se que o local proposto para execução da medida compensatória encontra-se antropizado, com a presença de indivíduos florestais adultos isolados, indivíduos regenerantes/ingressantes e porções com solo exposto.

A Proposta de Reposição Florestal pelo Corte dos Indivíduos do Gênero *Tabebuia/Handroanthus*, contém as ações a serem desenvolvidas no âmbito da recuperação ambiental, bem como o cronograma executivo. O local encontra-se apto a ser recuperado pela metodologia proposta. O empreendedor deverá implantar a medida compensatória prevista, com apresentação de relatórios de acompanhamento anual.

## 11. **CONTROLE PROCESSUAL**

### 11.1 **Competência para analisar o processo**

Em 19 de dezembro de 2017, através da Deliberação GCPPDES nº 17/17, o Grupo Coordenador de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável determinou a análise do presente processo à Superintendência de Projetos Prioritários – SUPPRI (fls. 01)

### 11.2 **Competência para decidir sobre este processo**

O empreendimento sob análise foi classificado como de médio potencial poluidor/degradador, grande porte e fator locacional 1, sendo enquadrado na classe 4, conforme parâmetros da Deliberação Normativa COPAM nº. 217/2017.

De acordo com o Decreto 46.953/2016, art. 3º, III, b, compete ao Copam decidir, por meio de suas câmaras técnicas, sobre processo de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos de grande porte e médio potencial poluidor, motivo pelo qual este processo deverá ser julgado pela Câmara de Atividades Industriais- CID.

### 11.3 **Síntese do processo**

Trata-se de requerimento de Licença Ambiental Concomitante (LAC2), etapas de LP+LI, apresentado pelo empreendedor Eurofarma Laboratórios S.A. para a atividade de fabricação de medicamentos, exceto aquelas previstos no código "C-05-01-0" e no código "C-10-01-4 – usinas de Produção de Concreto Comum" (atividade acessória, necessária à implantação do empreendimento) do Anexo Único da DN COPAM 217/2017, a ser instalada no município de Montes Claros/MG.

### 11.4 **Documentação apresentada**

O empreendedor requereu licenciamento ambiental, por meio do FCE eletrônico – Formulário de Caracterização do Empreendimento nº S113320/2018 (fls.06/07), tendo sido a formalização do processo orientada pelo FOB – Formulário de Orientação Básica nº 0450275/2018 (fls. 09). Posteriormente, o empreendedor apresentou novos FCEs (fls. 16; 942 às 946), retificando informações que geraram novos FOBs nº 0450275/2018 A e nº 0450275/2018 B (fls. 947 a 948)



O processo de licenciamento ambiental foi formalizado pelo empreendedor em 31 de agosto de 2018 junto a Supram Norte de Minas, conforme Recibo de Documentos nº 0616462/2018 (fls.02), tendo sido apresentados os seguintes documentos:

- Formulário de Caracterização do Empreendimento- FCE eletrônico (fls.06/07; 16/18);
- Formulário de Orientação Básica- FOB (fls.09/10 e 21/22);
- Comprovante de pagamento de custos processuais e emolumentos (fls. 23 a 26);
- Procuração- A procuração foi assinada pelo Presidente da empresa, Sr. Maurizio Bili, outorgando poderes para a Sra. Isamara Garcia Freitas representar a empresa (fls.27);
- Documento pessoal da outorgada (fls. 28);
- Publicação do requerimento de licença - Publicação feita pelo empreendedor no Jornal Gazeta Norte Mineira, de circulação no dia 29 de junho de 2018 (fls. 29 e 30);
- Certidão de inteiro teor da matrícula nº45.787- Imóvel denominado Fazenda Bom Jesus, de propriedade da CODEMIG- Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (fls. 32 e 32);
- Cadastro Técnico Federal da empresa (fls. 33);
- Declaração de inexistência de áreas suspeitas de contaminação ou contaminadas para licenciamento ambiental simplificado- Esta declaração foi assinada pela outorgada, Sra. Isamara Garcia Freitas e Rodrigo Ribeiro (fls. 34);
- Atos Constitutivos da empresa - Ata de Assembleia Geral Ordinária (fls.35) e Estatuto Social da empresa (fls.38);
- Contrato de Compra e Venda de parte do imóvel sob a matrícula nº45.787 (fls. 51);
- Cópia digital acompanhada de declaração atestando que confere com o original: documento apresentado às fls. 57 e CD com a cópia digital do processo encontra-se anexado as fls. 58;
- Coordenadas geográficas (fls. 63);
- Plano de Controle Ambiental - PCA acompanhado de ART: Documento apresentado às fls.64, elaborado pela empresa Verdear Ambiental (fls. 64 e ss), acompanhado da ART do Sr. Rodrigo Ribeiro (fls. 262). O empreendedor, após formalização do processo, apresentou o PCA revisado (fls. 1133 às 1218).
- Relatório de Controle Ambiental – RCA (fls. 126 e ss), elaborado pela empresa Verdear Ambiental e acompanhado de ART do Sr. Rodrigo Ribeiro (fls. 262);
- Estudo de potencialidade e prospecção espeleológica, elaborado pela empresa Ativo Ambiental Ltda – ME, inscrita no CNPJ nº 12.350.182/0001-00 (fls. 264), acompanhado da anotação de responsabilidade técnica do Sr. Leandro Marcio Duarte Maciel (fls. 299) e da Sra. Vanessa Veloso Barbosa (fls. 303). Informa-se que foram apresentados os CTFs da Ativo Ambiental Ltda (fls.300), do Leandro Márcio Duarte Maciel (fls. 301); Vanessa Veloso Barbosa (fls. 309) e Lapiá Espeleologia e Meio Ambiente Ltda- ME (fls. 305).
- Critério de Projeto Arquitetura (fls. 397 às 404);
- Descritivo Conceitual de Arquitetura e demais descritivos dos processos do empreendimento (fls. 405 às 722);

O Estado de Minas Gerais publicou o requerimento da licença ambiental concomitante no Diário Oficial do dia 15 de setembro de 2018 (doc. de fls. 384 e 385).

Em 5 de outubro de 2018 e 6 de fevereiro de 2019 foram realizadas vistorias no empreendimento para verificação da situação ambiental e subsídio ao licenciamento, sendo lavrados o Auto de Fiscalização Nº 66365/2018 e o Relatório de Vistoria Nº 02/2019 respectivamente.

A Superintendência de Projetos Prioritários, após avaliar os estudos ambientais, bem como demais documentos que instruíram o processo, solicitou informações complementares por meio do OF.SUPPRI.SURAM.SEMAD.SISEMA nº 44/19 (fls. 723 às 724) para serem atendidas no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento do ofício (ofício recebido em 18/04/2019- fls.727).

O empreendedor, em atendimento ao OF.SUPPRI.SURAM.SEMAD.SISEMA.n. 44/19, encaminhou os documentos a seguir indicados:



- **Item 1-** Procuração atualizada, válida até 06 de setembro de 2019 (fls.729);
- **Item 2-** Declaração nº700184, expedida e assinada pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura Municipal de Montes Claros, declarando que o empreendimento está em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município, especialmente aplicável ao uso e ocupação do solo. Ressalta-se que a Declaração está válida até 10/12/2019 (fls.730 e 939);
- **Item 3-** Requerimento de LAC 2 (LP+LI) (fls.728);
- **Item 4-** Foram juntados os CTFs atualizados da empresa, consultorias e técnicos responsáveis (fls. 763, 969/972 e 975), bem como a ARTs dos engenheiros florestais, Sr. Marcelo Pablo Borges Lopes (fls. 973) e Sra. Maria Fernanda Vieira Rocha (fls. 974);
- **Item 5-** Declaração de Inexistência de Bens Acautelados (fls. 735 às 741 e 976);
- **Item 6-** Certidão de Inteiro Teor do imóvel sob a matrícula nº79204, correspondente ao lote nº 01, com área de 25 ha, proveniente do imóvel registrado sob a matrícula nº45.787. Informa-se que foi registrado às margens do registro do referido imóvel (R-2-79204) a Escritura de Compra e Venda celebrado entre a CODEMIG e a Eurofarma Laboratórios S/A (fls. 742/743 e 940);
- **Item 7-** Certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, assinada pelo Diretor de Estruturação e Regulação Territorial e o Secretário de Infraestrutura e Planejamento Urbano, declarando que o imóvel sob matrícula nº79204 está localizado em sua totalidade dentro do perímetro urbano de Montes Claros- MG (fls. 941);
- **Item 8 -** Não foi anexado Cadastro Ambiental Rural porque se trata de empreendimento a ser instalado em Distrito Industrial inserido em perímetro urbano;
- **Item 9 -** Requerimento para intervenção ambiental (fls. 744 às 746);
- **Item 10 -** Proposta de Compensação ambiental/ reposição ambiental devidamente acompanhada da ART do técnico responsável (fls.747 às 759; 978 às 993);
- **Item 11-** Esclarecimento técnico referente à área a ser suprimida, acompanhada de FCE retificado (fls. 760 às 762);
- **Item 12-** Proposta de compensação florestal, devidamente acompanhada pela ART do responsável técnico pelos estudos (fls. 765 às 786; 994 às 1096);
- **Item 13-** Estudos da Fauna, acompanhada de ART e CTF do responsável técnico pelos estudos (fls. 787 às 871);
- **Item 14-** Anuência do IPHAN (fls. 872);
- **Item 15-** Esclarecimentos sobre as áreas de empréstimo e/ou bota fora (fls.873 às 879);
- **Item 16-** Manifestação da COPASA (fls. 880);
- **Item 17-** Sistema de drenagem pluvial do empreendimento (fls. 895);
- **Item 18-** Estudo de sondagem e/ou estudos geofísicos (fls. 896 às 913);
- **Item 19-** Proposta de medidas mitigadoras para o impacto no tráfego de veículos ocasionados pelo empreendimento.
- **Item 20-** Estimativa de funcionários durante a instalação e operação do empreendimento, bem como os respectivos impactos sobre a estrutura municipal e devidas medidas mitigadoras (fls. 914; 1131/1332);
- **Item 21-** Plano de Controle Ambiental (fls. 929 a 937);
- **Item 22-** Arquivos shapefile (entre fls. 941 e 942).

Em 29 de maio de 2019, a empresa informou sobre a alteração do CNPJ, tendo em vista a criação da filial referente ao empreendimento objeto do licenciamento ambiental, motivo pelo qual apresentou novo requerimento informando o CNPJ da filial que deverá constar no Certificado da Licença Ambiental a ser concedida (fls. 956). A empresa para subsidiar o pedido de alteração do CNPJ apresentou Ata de Assembleia Geral, bem como cópia do estatuto da empresa, comprovando a criação da filial (fls. 958 às 966). A SUPPRI publicou a alteração de CNPJ requerida no Diário Oficial do Estado dando a devida publicidade ao ato (fls. 1219 às 1220).





Em 18 de junho de 2019 a empresa esclareceu que embora tivesse encaminhado o CTF da Consultoria Lapiá dentre os documentos inicialmente apresentados, esta Consultoria não realizou nenhum estudo de espeleologia neste processo, sendo este realizado somente pela empresa Ativo Ambiental Ltda- ME (fls. 967).

### 11.5 Intervenção Ambiental

O empreendedor formalizou o processo de Autorização para Intervenção Ambiental - AIA nº 03918/2018 requerendo autorização para supressão de uma área de vegetação nativa com destoca de 4,7401 ha e corte de 596 árvores isoladas nativas vivas localizadas numa área de 15,7733 ha, para implantação do empreendimento.

Paralelamente ao processo de AIA, o empreendedor formalizou processo de DAIA (PA nº 08050000370/18) para intervir numa área de 0,56 ha sob a justificativa de que houve tentativas de invasão na propriedade, fazendo-se necessária a construção antecipada de uma portaria para controlar o acesso de pessoas no terreno. Em razão deste requerimento, o técnico da SUPRAM NORTE DE MINAS deslocou-se até o local do empreendimento e registrou a vistoria no Auto de Fiscalização nº 66365/2018.

Ocorre que após análise do processo de DAIA a equipe da SUPPRI entendeu que não seria possível fracionar a análise de intervenção ambiental, uma vez que não havia amparo legal que fundamentasse uma autorização apartada do processo de licenciamento ambiental, motivo pelo qual foi solicitado o arquivamento do processo de DAIA e a análise integral da intervenção ambiental no processo de licenciamento ambiental.

Para o presente processo, relativo ao pedido de intervenção ambiental, deve-se observar o que determina a **Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905**, de 12 de agosto de 2013, que define como intervenção ambiental, dentre outras, a supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo. Segundo a mesma norma, art. 9º, o processo para intervenção ambiental deve ser instruído com:

- I. Requerimento, conforme modelo constante do Anexo I, desta Resolução Conjunta
- II. Documento que comprove propriedade ou posse.
- III. Documento que identifique o proprietário ou possuidor.
- IV. Plano de Utilização Pretendida Simplificado nos casos de intervenções em áreas menores que 10 (dez) hectares e Plano de Utilização Pretendida com inventário florestal para as demais áreas, conforme Anexos II e III, desta Resolução Conjunta.
- V. Planta topográfica planimétrica da propriedade, com coordenadas geográficas, grades de coordenadas e representação do uso do solo ou, em caso de áreas acidentadas e a critério do órgão ambiental, planta topográfica planialtimétrica, ambas elaboradas por técnico habilitado.
- VI. Croqui para propriedade com área total igual ou inferior a 50 (cinquenta) hectares.

O processo referente à intervenção ambiental foi instruído com os seguintes documentos, conforme Recibo de Entrega de Documentos nº 0616463/2018:

- FCE eletrônico (fls. 02 a 11). Observa-se que o original foi anexado ao processo de licenciamento ambiental;
- FOB eletrônico (fls. 12 a 14);
- Requerimento para intervenção ambiental (fls. 15 às 18);
- Procuração da Eurofarma, representada pelo Presidente, Sr. Maurizio Billi, outorgando poderes para Sra. Isamara Garcia Freitas representar a empresa perante os órgãos ambientais (fls.19) foi apresentada procuração atualizada nos autos do processo de licenciamento ambiental ao qual este processo está vinculado;
- Cópia do documento pessoal da outorgada (fls. 20);
- Roteiro de acesso ao empreendimento (fls. 21);
- Plano de Utilização Pretendida PUP (fls. 22 às 140), acompanhado da ART do engenheiro florestal, Sr. Marcelo Pablo Borges Lopes (fls. 141);



- Certidão de Inteiro Teor do imóvel (fls. 143 às 145). Foi juntada Certidão atualizada do imóvel nos autos do processo de licenciamento ambiental, comprovando que a empresa é proprietária do imóvel onde ocorrerá a intervenção;
- Documentos referentes aos atos constitutivos da empresa (fls. 145 às 160);
- Plantas com detalhamento do uso e ocupação do solo (fls. 169 às 172) acompanhada da ART do engenheiro agrônomo que assinou as plantas, Sr. Luiz Thiago Versiani Miranda. (fls. 168).

#### 11.6 Da Taxa Florestal

Havendo supressão de vegetação nativa caberá ao empreendedor efetuar o recolhimento da taxa florestal e da reposição florestal, conforme determinam, respectivamente, as Leis Estaduais nº 22.796/2017 e nº 20.922/2013.

#### 11.7 Da Reserva Legal e Área de Preservação Permanente

Segundo informações apresentadas pelo empreendedor e documentos anexados aos autos do processo de licenciamento ambiental, o empreendimento será instalado em Distrito Industrial inserido em perímetro urbano do município de Montes Claros- MG, não sendo, aplicável a cobrança da inscrição no CAR e averbação de reserva legal.

De acordo com os estudos apresentados e análise da SUPPRI não haverá intervenção em área de preservação permanente.

#### 11.8 Dos Recursos Hídricos

O empreendedor informou que há duas possibilidades de fornecimento de recursos hídricos para o seu empreendimento, um por meio de fornecimento da concessionária local e, para tanto, apresentou declaração da COPASA atestando a viabilidade de fornecimento de recursos hídricos (fls. 880), e outro por meio de poços tubulares.

O empreendedor requereu autorização de perfuração de poços tubulares e para tanto formalizou os processos 037846/2019 e 037847/2019 com os documentos exigidos na legislação vigente. A técnica, Adriana de Jesus Felipe, analisou os documentos e elaborou Pareceres Técnicos sob os protocolos 0343728/2019 e 0343731/2019 referentes aos respectivos processos.

A Diretora de Análise Técnica da SUPPRI, com fundamento nos referidos pareceres, emitiu as Autorização Para Perfuração de Poço Tubular, com validade até 16/12/2019 (Protocolo SIAM nº 0393759/2019 e 0393774/2019).

#### 11.9 Compensação Ambiental

A proposta de compensação apresentada pelo empreendedor foi julgada satisfatória pelo técnico que realizou vistoria no local e fez a análise, observando o exigido na Deliberação Normativa COPAM nº 114, de 2008, que prevê o plantio na proporção de 25:1 para supressão de indivíduos arbóreos nativos isolados e o exigido na Lei nº 20.308/2012 que trata das espécies declaradas de preservação permanente e imune de corte.

Dessa forma, as compensações deverão ser realizadas da maneira prevista no item 10 deste parecer.

#### 11.10 Anuência IBAMA

O Decreto Federal nº 6.660/2008, que regulamenta os dispositivos da Lei Federal nº 11.428/2006, refere-se da necessidade de anuência do órgão federal de meio ambiente para supressão de vegetação primária ou secundária em estágio médio ou avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica.

Assim, como a supressão de vegetação é classificada como estágio inicial de regeneração natural, conforme o parecer técnico, desnecessária anuência do IBAMA.



### 11.11 Unidades de Conservação

Observou-se que não haverá interferência em Unidade de Conservação ou em zona de amortecimento de unidade de conservação, não sendo, portanto, necessário apresentar anuência prevista na Resolução CONAMA nº 428/2010.

### 11.12 Cavidades

Inexistente a intervenção em cavidades, inaplicável a legislação de regência.

### 11.13 Manifestação de órgãos intervenientes

O art. 27 da Lei Estadual nº 21.972/2016, aduz que:

Art. 27º - Art. 27. Caso o empreendimento represente impacto social em terra indígena, em terra quilombola, em bem cultural acautelado, em zona de proteção de aeródromo, em área de proteção ambiental municipal e em área onde ocorra a necessidade de remoção de população atingida, dentre outros, o empreendedor deverá instruir o processo de licenciamento com as informações e documentos necessários à avaliação das intervenções pelos órgãos ou entidades públicas federais, estaduais e municipais detentores das respectivas atribuições e competências para análise.

O empreendedor apresentou Anuência do IPHAN (fls. 872) e Declaração de Inexistência de Bens Acautelados (fls. 735 às 741 e 976). Dessa forma, de acordo com a Orientação Sisema 04/2017 - item 2.7, desnecessária a manifestação dos órgãos intervenientes no caso em tela.

### 11.14 Dos custos

De acordo com o art. 21 do Decreto 47.383/2018 o encaminhamento do processo administrativo de licenciamento ambiental para decisão da autoridade competente apenas ocorrerá após comprovada a quitação integral das despesas pertinentes ao requerimento apresentado.

Os custos referentes ao pagamento da Emissão do FOB, bem como da análise processual constam devidamente quitados, conforme se verifica por meio do Documento de Arrecadação Estadual (DAE) apresentado, fl. 24.

### 11.15 Considerações finais

O presente processo encontra-se devidamente formalizado e instruído com a documentação exigida pelo órgão ambiental. Não se verificou nenhuma irregularidade de ordem formal que pudesse implicar em nulidade do procedimento adotado.

Sendo assim, não havendo qualquer óbice legal que impeça o presente licenciamento, recomenda-se o **deferimento da Licença Ambiental Concomitante prévia e instalação – LAC2 (LP+LI), de acordo com o parecer técnico, pelo prazo de 6 (seis) anos** nos termos do art. 15, III do Decreto nº 47.383 de 02/03/2018.

Salienta-se que os estudos apresentados são de responsabilidade dos profissionais que o elaboraram e do empreendedor, nesse sentido a Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, em seu art. 11, prevê o seguinte:

Art. 11 - Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.  
Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas



informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

## 12. CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar da SUPPRI sugere o **deferimento** desta Licença Ambiental na fase de Licença Ambiental Concomitante – LAC2, Licença Prévia e de Instalação – LP+LI, para o empreendimento Eurofarma Laboratórios S.A., no município de Montes Claros-MG, pelo prazo de 6 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

Oportuno advertir ao empreendedor que a análise negativa quanto ao cumprimento das condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I), bem como qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a SUPPRI, tornam o empreendimento em questão passível de ser objeto das sanções previstas na legislação vigente.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa, nem substitui, a obtenção, pelo requerente, de outros atos autorizativos legalmente exigíveis.

A análise dos estudos ambientais pela Superintendência de Projetos Prioritários, não exime o empreendedor de sua responsabilidade técnica e jurídica sobre estes, assim como da comprovação quanto à eficiência das medidas de mitigação adotadas.

## 13. ANEXOS

**Anexo I.** Condicionantes para Licença Prévia e de Instalação (LP+LI) da Eurofarma Laboratórios S/A

**Anexo II.** Programa de Automonitoramento da Licença Prévia e de Instalação (LP+LI) da Eurofarma Laboratórios S/A  
**Anexo III.** Autorização para Intervenção Ambiental.

**Anexo III.** Autorização para Intervenção Ambiental

**Anexo IV.** Relatório Fotográfico área a ser implantada a Eurofarma Laboratórios S/A.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Prévia (LP) da Eurofarma Laboratórios S/A

<b>Empreendedor:</b> Eurofarma Laboratórios S/A		
<b>Empreendimento:</b> Eurofarma Laboratórios S/A		
<b>CNPJ:</b> 61.190.096/0001-92		
<b>Município:</b> Montes Claros		
<b>Atividade:</b> Fabricação de medicamentos, exceto aqueles previstos no item C-05-01-0, medicamentos fitoterápicos e farmácias de manipulação		
<b>Código DN 217/2017:</b> C-05-02-9		
<b>Processo:</b> 09253/2018/001/2018		
<b>Validade:</b> 6 anos		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Solicitar Autorização de Manejo de Fauna para a emissão do órgão ambiental .	Antes do início da supressão de vegetação
02	Formalização dos processos de outorga, referentes as autorizações de perfuração emitidas.	30 (trinta) dias após a apresentação dos testes de bombeamento.
03	Informar qual será a forma de atendimento do recurso hídrico a ser utilizada durante a implantação (poço tubular ou concessionária local).	Antes do início das obras
04	Cadastrar o empreendimento e disponibilizar integralmente os dados da solicitação da intervenção ambiental no Sinaflor.	30 dias após a concessão da licença.
05	Apresentar cronograma detalhado de implantação das sinalizações de alerta para o trânsito local, visando minimizar acidentes em decorrência do aumento do fluxo de veículos.	30 (trinta) dias antes do início das obras
06	Apresentar novos Cronogramas detalhados dos Projetos da Socioeconomia, a saber, plano de monitoramento ambiental do canteiro de obras, plano de capacitação e treinamentos para funcionários, programa de comunicação social e as ações dos programas sociais previstos. Os cronogramas devem conter, início, meio e fim das atividades. Atentando-se que os cronogramas deverão ser compatíveis com a validade da licença.	30 dias após a concessão da licença
07	Apresentar escopo de programa de aproveitamento de mão de obra local.	30 dias após a concessão da licença
08	Apresentar Escopo de Monitoramento Socioeconômico da AID, para acompanhamento e avaliação do órgão ambiental, contendo as possíveis modificações causados pela implantação do empreendimento, considerando os impactos positivos e negativos, nas áreas de influência do projeto, e respectiva implantação de ações mitigáveis. Deverá ser encaminhado uma via a prefeitura local.	30 dias após a concessão da licença
09	Apresentar proposta de monitoramento de ruído nos limites do empreendimento para as fases de instalação e operação com pontos georeferenciados e frequência de monitoramento observando a Lei nº10.100/90 e CONAMA 01/1990. A proposta deve ser aprovada pela equipe técnica da SUPPRI para elaboração de relatórios anuais pelo empreendedor a serem apresentados como Automonitoramento.	Antes do início da instalação.

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.



### Condicionantes para Licença de Instalação (LI) da Eurofarma Laboratórios S/A

<b>Empreendedor:</b> Eurofarma Laboratórios S/A		
<b>Empreendimento:</b> Eurofarma Laboratórios S/A		
<b>CNPJ:</b> 61.190.096/0001-92		
<b>Município:</b> Montes Claros		
<b>Atividade:</b> Fabricação de medicamentos, exceto aqueles previstos no item C-05-01-0, medicamentos fitoterápicos e farmácias de manipulação		
<b>Código DN 217/2017:</b> C-05-02-9		
<b>Processo:</b> 09253/2018/001/2018		
<b>Validade:</b> 6 anos		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
<b>CONDICIONANTES DA LICENÇA INSTALAÇÃO</b>		
01	Apresentar relatórios anuais de acompanhamento da execução da compensação florestal referente à supressão de indivíduos arbóreos isolados e indivíduos imunes de corte citados neste parecer.	Durante 5 (cinco) anos após a concessão da licença <sup>1</sup>
02	Apresentar comprovação de destinação final do efluente líquido sanitário, gerados até a implantação da ETE, para empresas que possuam regularização ambiental. Deverá apresentar ainda relatório contendo número de contribuintes e volume de efluente líquido sanitário coerentes com o comprovante de destinação.	Semestral
03	Apresentar balanço hídrico para a utilização de água para a operação do empreendimento, com base nas outorgas requeridas.	Na formalização da LO
04	Apresentar projeto com dimensionamento para águas de reuso.	Na formalização da LO
05	Apresentar comprovação da desmobilização da Usina de concreto utilizada para a implantação do empreendimento, contendo relatório fotográfico, destinação de equipamentos e resíduos, além de ausência de passivo ambiental relacionado.	Na formalização da LO
05	Apresentar relatórios técnicos de forma detalhada, das ações realizadas de todos os planos, projetos, programas e ações apresentados no PCA, de sócio economia, a saber: plano de capacitação e treinamentos para funcionários, programa de comunicação social e ações dos programas sociais. Deverá conter em cada relatório técnico: Listas de presença, registro fotográfico, ATAS de reuniões, slides das apresentações, gráficos, e ou outras comprovações que o empreendedor julgar necessário.	Anualmente durante a vigência da licença.
06	Realizar o monitoramento ambiental do canteiro de obras conforme recomendações constantes no item 8.1 do parecer (Realizar aspersão das vias para mitigação do impacto da emissão de particulados, realizar o monitoramento dos ruídos, de todas máquinas e equipamentos, monitoramento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos). Deverá ser apresentado como evidências: Relatório de todo monitoramento realizado, bem como comprovantes de destinação dos efluentes líquidos e sólidos.	Prazo: Durante a vigência da licença. O relatório do monitoramento deverá ser encaminhado ao órgão ambiental anualmente.
07	Implantar Central de atendimento a comunidade para contato direto com o empreendedor, para sugestões/reclamações e esclarecimentos de dúvidas das comunidades. A central deverá conter e-mail e telefone destinado exclusivamente para esta finalidade. Deverá ser apresentado relatório comprovando a criação desta central de relacionamentos.	60 dias após a publicação da concessão da Licença e durante a vigência da licença





09	Após implantação da central de relacionamentos deverá, elaborar material de divulgação quanto da existência desta, dando publicidade quanto a existência deste meio de comunicação, bem como realizar reuniões periódicas com a comunidade situação na AID para manutenção da central.	30 dias para implantar a Central. Realizar reuniões com a comunidade semestralmente
10	Apresentar relatórios técnicos avaliativos a serem encaminhados ao órgão ambiental contendo, de forma sucinta, as reclamações, sugestões e demais demandas do público externo, as providências tomadas e ou tratativas quanto os contatos recebidos pelas comunidades pela central de relacionamentos.	Semestralmente, durante a validade da Licença
11	Elaborar boletins informativos e implantar sinalizações nas vias públicas, indicando e orientando a população sobre os horários de maiores fluxos de veículos, movimentação de carga e risco de acidentes durante toda a fase de implantação do empreendimento.	Durante a validade da licença

1 – O prazo poderá ser ampliado a critério do órgão ambiental

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Prévia e de Instalação (LP+LI) da Eurofarma Laboratórios S/A

<b>Empreendedor:</b> Eurofarma Laboratórios S/A	
<b>Empreendimento:</b> Eurofarma Laboratórios S/A	
<b>CNPJ:</b> 61.190.096/0001-92	
<b>Município:</b> Montes Claros	
<b>Atividade:</b> Fabricação de medicamentos, exceto aqueles previstos no item C-05-01-0, medicamentos fitoterápicos e farmácias de manipulação	
<b>Código DN 217/2017:</b> C-05-02-9	
<b>Processo:</b> 09253/2018/001/2018	
<b>Validade:</b> 06 anos	

#### 1. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar anualmente à SUPPRI, durante a fase de instalação, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(\*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(\*\*) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à SUPPRI, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA nº 307/2002 e 348/2004.

#### IMPORTANTE



- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPPRI, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



### ANEXO III

#### Autorização para Intervenção Ambiental

<b>SITUAÇÃO DO IMÓVEL</b>					
ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE (ha): 25,00					
	NATIVA	PLANTADA	TOTAL		
ÁREA DE COBERTURA VEGETAL TOTAL	***	***	***		
ÁREA REQUERIDA	<b>20,5134</b>	***	<b>20,5134</b>		
ÁREA LIBERADA	<b>20,5134</b>	***	<b>20,5134</b>		
COBERTURA VEGETAL REMANESCENTE	***	***	***		
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	***	***	***		
ÁREA DE RESERVA LEGAL	***	***	***		
<b>TIPOLOGIA FLORESTAL A SER SUPRIMIDA</b>				<b>ÁREA (ha)</b>	
FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL EM ESTÁGIO INICIAL DE REGENERAÇÃO				<b>4,7401</b>	
<b>TIPO DE EXPLORAÇÃO</b>					
	NATIVA	PLANTADA		NATIVA	PLANTADA
Corte raso com destoca	<b>4,7401 ha</b>	***	Corte de árvores	<b>596</b>	***
Corte raso sem destoca	***	***	Intervenção em APP com supressão	***	***
Corte seletivo em manejo	***	***	Intervenção em APP sem supressão	***	***
Corte seletivo/ outros	***	***			
Uso de Máquina <input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não			Uso de Fogo ( ) Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
<b>RENDIMENTO PREVISTO POR PRODUTO/SUBPRODUTO</b>					
PRODUTO/SUBPRODUTO			UNIDADE	QUANTIDADE	
Lenha e/ou torete de floresta nativa			<b>m<sup>3</sup></b>	<b>87,18</b>	
Madeiras em Toras			<b>m<sup>3</sup></b>	<b>19,00</b>	
<b>DESTINAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO MATERIAL LENHOSO (m<sup>3</sup>)</b>					
	NATIVA	PLANTADA		NATIVA	PLANTADA
Lenha para carvão	***	***	Madeira para serraria	***	***
Lenha uso doméstico	***	***	Madeira para celulose	***	***
Lenha para outros fins	<b>87,18</b>	***	Madeira para outros fins	<b>19,00</b>	***



### ANEXO IV Relatório Fotográfico

**Empreendedor:** Eurofarma Laboratórios S/A  
**Empreendimento:** Eurofarma Laboratórios S/A  
**CNPJ:** 61.190.096/0001-92  
**Município:** Montes Claros  
**Atividade:** Fabricação de medicamentos, exceto aqueles previstos no item C-05-01-0, medicamentos fitoterápicos e farmácias de manipulação  
**Código DN 217/2017:** C-05-02-9  
**Processo:** 09253/2018/001/2018  
**Validade:** 6 anos                      **Validade:** 6 anos



**Foto 01:** Área requerida para supressão



**Foto 02:** Área requerida para supressão.



**Foto 03:** Área requerida para supressão.



**Foto 04:** Lago.



**Foto 05:** Área de entorno



**Foto 06:** Área de entorno

